



40ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
14 de julho de 2009 – 9:30h
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 10ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 28 de abril de 2009-07-06
- II. Aprovação da ATA da 37ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 12 de maio de 2009
- III. Aprovação da ATA da 38ª Reunião Ordinária do CONFEMA, de 26 de maio de 2009
- IV. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e deliberação sobre ajuste de recurso do Parque Linear Ribeirão Perus.
- II. Apreciação e deliberação sobre transferência de recursos do Projeto: Implantação de Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera ;
- III. Apreciação e deliberação sobre ajuste do recurso para o projeto de implantação da Praça Jardim Monte Belo;
- IV. Apresentação sobre Plano de Bairro Perus pela empresa URBE.

Apresentador: Professor Candido Malta ;



Presidente Eduardo Jorge: 40ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, o expediente já foi distribuído para vocês, a ordem do dia e o expediente da aprovação da ata da Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA do dia 28/04/09.

Coordenadora Helena Magozo: Então já estamos com quorum e vamos primeiro a deliberação e aprovação das atas. A aprovação da Ata da 10ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 28/04/09, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata permaneçam como estão. Então a **Ata da 10ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA foi aprovada por unanimidade.** A aprovação da Ata da 37ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 12/05/2009. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata permaneçam como estão. Então **Ata da 37ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA foi aprovada por unanimidade.** E a aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária do CONFEMA, de 26/05/2009. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da ata permaneçam como estão. Então **Ata da 38ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA foi aprovada por unanimidade.** Só a título de informação elas se juntaram porque nós tivemos uma interrupção no trabalho de transcrição, o contrato foi retomado então nós estamos absolutamente em dia com as transcrições das atas. Sugestão de inclusão de pauta? Eu tinha uma sugestão de inclusão que é dar um informe sobre as eleições do CONFEMA, mais alguma inclusão?

Cons. Sérgio Costa: Bom dia, Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu queria incluir na pauta, a questão do CONFEMA aumentar o número de pessoas.

Coordenadora Helena Magozo: Posso dar o informe da eleição agora? Então, nós tivemos a eleição dos dois titulares e dois suplentes da Sociedade Civil, aconteceu aqui nessa UMAPAZ, no dia 17/06/2009, e o resultado foi o seguinte: Nós tivemos as duas entidades eleitas como titulares foram, a Cinco Elementos e a entidade Ciranda, e como suplentes nós tivemos a Associação do Itaim Bibi e a Uniágua, então são essas as quatro entidades titulares e suplentes. Sérgio, você quer falar?

Presidente Eduardo Jorge: Vão tomar posse quando?

Coordenadora Helena Magozo: Não, vão tomar posse na primeira reunião de agosto.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, mais uma vez, até, eu falo diretamente ao Sr. Secretário, hoje é o meu último dia aqui no CONFEMA como conselheiro representando o meu querido Instituto de Engenharia e tenho muito a agradecer a todos os funcionários por esse apoio nesses anos todos. Nós do Instituto esperamos ter contribuído muito com o CONFEMA, fizemos essa contribuição estando sempre presente, evitando as faltas nas reuniões, evitando ser ao máximo prolixos e tentando não atrapalhar o andamento natural de todos os processos. No decorrer desses anos eu fui vendo o CONFEMA melhorando, o CONFEMA aumentando de tamanho, e o CONFEMA que nasceu pequenino se transformar em um exemplo para o Brasil, então uma das vezes que eu tive muito orgulho...

Coordenadora Helena Magozo: Você está falando do CONFEMA ou do FEMA, só para distinguir? Quer dizer, o CONFEMA é o conselho do FEMA e o FEMA é o fundo, você está falando da ampliação do FEMA?



Cons. Sérgio Costa: Do FEMA, isso é bem importante, agora estou entendendo, então eu to falando da ampliação do FEMA. Então representando o CONFEMA em Brasília, nós tivemos um debate nacional, em que eu me fiz acompanhar por três engenheiros que estavam lá no Conselho de Engenheiros Mundial, aproveitei para ir ao Banco Mundial naquela teleconferência e levar aqueles três engenheiros para ver a grandeza desta representação social tomando decisões em conjunto com o governo, deliberando sobre as verbas que vão ser empregadas e devolvidas para a sociedade civil. Esta foi uma atividade que me deixou muito feliz, ver aqueles meninos entrando na KE da engenharia já com uma visão social, na prática, participantes dessa atividade tão nobre de representar a sociedade e devolver o dinheiro da própria sociedade para uso dela. Bom, eu seria redundante em dizer que nós somos um exemplo para o Brasil em termos de fundo, o fundo da cidade de São Paulo, é o maior fundo em termos de tamanho, em termos de sustentabilidade, em termos de valores monetários, mas vejo a estrutura do FEMA ainda pequena dada à dimensão que eu vejo se tornando maior. Eu queria pedir, Sr. Secretário que mais uma vez o senhor fizesse um esforço de conseguir aumentar o tamanho do FEMA, o número de funcionários administrativos, da última vez que fiz essa menção aqui a respeito, o senhor me explicou das dificuldades e das questões junto à prefeitura, mas eu não poderia deixar de pedir novamente o empenho dado por ser minha última reunião e dada a participação do Instituto de Engenharia no qual fomos tão atuantes em todos esses anos, eu acho que eu poderia, tenho essa capacidade de insistir que o FEMA aumente de tamanho, é um pedido que eu coloco como sendo do Instituto de Engenharia. E mais uma vez eu coloco a casa do Instituto de Engenharia a disposição para que nós façamos aquele curso para as ONGS que não estão preparadas, para chegar aqui no CONFEMA, com toda a qualidade e com 100% de um projeto sendo aprovado. Que nós tentemos também fazer uma gestão no sentido de montar um curso em conjunto com o Instituto de Engenharia e com a Secretaria, com todo esse gabarito da secretaria com seus nobres técnicos, nos cederíamos a casa, a estrutura, luz acesa, cafézinho, toda aquela estrutura que temos lá e mais cem anos de Sociedade Civil organizada, constituída no papel, regamente representada, então acho que seria um casamento muito nobre, muito bom para toda a sociedade. Então eu insisto nisso e quero agradecer a todos vocês, e na figura do secretário agradecer a todos os funcionários do CONFEMA, indistintamente até a moca do cafézinho, que todas as vezes que eu estive aqui eu fui muito bem recebido, então é uma casa que eu, com tristeza no coração, me afasto do CONFEMA, muito obrigado.

Coordenadora Helena Magoz: Queria agradecer a contribuição do Sérgio todos esses anos. Acho que foi muito importante sempre o entusiasmo que ele deu, a sua energia super positiva, o seu compromisso com o crescimento do FEMA, porque ele chegou em um momento que não tínhamos todo esse tamanho e nem essa condição de organização, ele foi acompanhando, ele participou, como representante da Sociedade Civil, em uma capacitação no Fundo Nacional do Meio Ambiente, que hoje infelizmente eu não tenho nem com quem conversar no Fundo, Sérgio, quando eu ligo para saber como é que eu faço para devolver um recurso que ficou de uma capacitação que nós fizemos, eu não tenho interlocução, então nesse ponto é triste porque nós tivemos também um grupo de técnicos excelentes que nos capacitou, que nos ensinou muito, mas essa questão da continuidade é muito importante, é um desafio para todos nós. Então eu agradeço muito a sua participação nesse tempo todo, nós vamos também sentir a sua falta, mas eu acho que o processo é mesmo da rotatividade no sentido das diferentes participações e que você de alguma forma, no Instituto de Engenharia, no CADES, tem uma cadeira fixa e vai estar sempre conosco. Em relação à capacitação eu reintero, a Mara está de férias, ela volta agora no começo de agosto, nós estamos inteiramente a vontade, dispostos a



pensar em um curso de capacitação que é um objetivo sempre importante para nós, nós sentimos essa dificuldade, às vezes entidades militantes que tem uma participação social fundamental, mas tem dificuldade na hora de apresentação de um projeto e elaboração. Então eu reintero, por favor, entre em contato com a Mara e nós pensaremos juntos esse projeto e apresentaremos aqui no CONFEMA. Muito obrigada, Sérgio.

Presidente Eduardo Jorge: Eu também quero agradecer ao Sérgio toda essa participação durante esse período que foi um período de construção de funcionamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente, que realmente é injustificável uma área ambiental, uma política pública que tem na média 0,4% dos orçamentos municipais, estaduais e federais deixem o dinheiro dormindo nos fundos municipais, estaduais e federais pelo Brasil afora. Isso não dá para explicar. Só quem fica satisfeita é a Secretaria de Finanças que recolhe o dinheiro no final de cada orçamento, então isso é realmente impossível, de 2005 para cá houve esse esforço todo, o Fundo Municipal de São Paulo é um dos poucos do Brasil que está andando e talvez o único, segundo a Helena, e o Sérgio, o Instituto de Engenharia tiveram uma participação desde o começo neste processo, então é justo que se faça todo esse agradecimento. Quanto ao curso eu acho que a secretaria pode fazer uma proposta ela própria com a parceria do Instituto de Engenharia e trazer para ser apreciado pelo conselho a qualquer momento, independente dos editais.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho importante essa conversa, para ver a forma que isso pode ser apresentado.

Presidente Eduardo Jorge: A Helena, o Sérgio e a Mara vão ver isso, como isso vai ter continuidade. Então eu quero agradecer em nome da Secretaria e da Prefeitura o esforço do Instituto de Engenharia nesse processo e reconhecer que foi realmente muito importante.

Coordenadora Helena Magozo: E quanto à questão de maior estruturação, primeiro assim: Na reestruturação da Secretaria foi criado o Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas que é justamente para dar apoio e estruturação tanto ao FEMA, ao CONFEMA e como ao CADES. Nós estamos recebendo um apoio administrativo, já estamos recebendo uma pessoa que chegou esses dias, uma pessoa que vai também ajudar na parte da contabilidade, nós estamos acertando aos poucos a forma como nós iremos trabalhar com o setor administrativo, que é uma coisa importante. Com o jurídico nós já resolvemos, tivemos um assistente jurídico conosco no FEMA, então ele ficou íntimo com os procedimentos, e hoje no jurídico ele é a nossa referência, então facilitou demais o nosso trâmite com o jurídico porque ele conhece a forma de funcionar do FEMA, que convênio é diferente de contrato, e o que que tem que cuidar e nos auxiliar muito. E também o Dr. Leandro que é o Procurador Chefe, ele chegou e está entusiasta do FEMA, ele lê qualquer coisa, ele me liga, nós estamos discutindo todas as questões temos dúvidas. Agora nós estamos precisando de lugar, que o prédio novo, no ano que vem vai nos dar, porque hoje nós estamos com uma limitação de espaço, nós temos que fazer um mezanino aqui porque tem muita gente, mas com a mudança para o prédio novo nós estaremos também resolvendo. Então nós estamos caminhando nesse sentido de maior reforço sim, vendo assim na questão da avaliação dos projetos, se a gente abre uma experimentação de parecerista que a gente vai trazer aqui quando tiver essa proposta, quer dizer, nós estamos vendo forma de estar respondendo mais as demandas e de uma forma qualificada, muito obrigada. Bom, então vamos agora para ordem do dia. Nós começamos com as deliberações para depois nós termos mais tempo disponível para estarmos discutindo e conversando sobre o Plano de Bairro de Perus, professor Candido



Malta está aqui com seus assessores e vai apresentar o produto de um projeto que foi aprovado no fundo. Então iremos começar com a fala da Roselia, que é do Departamento de Planejamento, e está substituindo a Alejandra que está de férias, que é a Diretora de Planejamento. Aqui estão os processos para qualquer consulta, ela vai estar falando sobre a Apreciação e deliberação sobre ajuste de recurso do Parque Linear Ribeirão Perus. Na verdade, só para contextualizar um pouco, trata-se da deliberação sobre uma verba de desapropriação do Parque Linear Perus, no valor de R\$ 403.913,00. Agora o que eu acho importante é a Roselia, ela vai estar fundamentando tecnicamente em termos do projeto do Parque Linear e das destinações do crédito de carbono do aterro Bandeirantes, esse recurso e essa ação. Por favor.

Roselia (Departamento de Planejamento): Bom dia, vou estar falando além do Parque Linear Ribeirão Perus, de alguns investimentos no Parque Anhanguera, incluindo a própria ampliação do Parque. Quer dizer, na verdade, as áreas estão incrustadas dentro do parque e que tem problemas para funcionamento do parque. E também da ciclovia, para poder fazer a ciclovia é necessária umas desapropriações ali. Então aí é só para localizar os investimentos da subprefeitura de Perus, o vermelho ali é o Parque Linear Ribeirão Perus, que vai margeando o próprio ribeirão e é uma bacia que contribui para o norte. O Parque Anhanguera que é aquele azul e as áreas verdes são para as ciclovias, que estão marcadas em verde. Bom, isso é só, a foto está muito difícil de ver, é só uma localização, mostrando a situação dentro da cidade desses parques. Então aí nesse eixo vertical é a Rodovia dos Bandeirantes, do lado direito é o centro de Perus, onde tem aquela bolinha amarela é o CEU Perus e em torno do CEU Perus é que passa o Parque Linear Ribeirão Perus, passa pelo centro de Perus e aquela outra estrada é o Rodoanel, então ele cruza o Rodoanel e vai até aquela área mais com mata que tem ali e do lado esquerdo então, é essa grande mata que é o Parque Anhanguera. Esse aqui é um esquema dentro da questão fundiária, como nós estamos desapropriando as áreas, à direita então o Parque Ribeirão Perus e a esquerda o Parque Anhanguera. Depois veremos com mais em detalhes. Este é o Parque Anhanguera, onde temos o parque existente, que é o contorno azul e dentro da área do parque tem duas áreas em que nós estamos trabalhando com a desapropriação, são as áreas que estão incrustadas dentro da propriedade do parque e tem problema de conflito muito grande. Nós estamos trabalhando na desapropriação dessas duas áreas, são áreas ainda que tem essa metragem, que o parque tem atualmente 10.000.000 m² e essas duas áreas soma em torno de 400.000 m², são áreas que não tem, não foram ainda feitos os pagamentos. Agora nós estamos vendo também do Parque Anhanguera duas áreas que nós estamos trabalhando para desapropriação em torno daquela estrada, na antiga estrada para Perus, onde será feito então a ciclovia, que ligará Perus ao bairro Anhanguera. Então essas áreas são áreas lindas ao Parque Anhanguera e a estrada Perus, ela vai cruzar por baixo da Rodovia dos Bandeirantes. Então essas áreas, duas áreas, propriedades, elas somam 200.000 m² e também ainda não foi feito pagamento dessas áreas. Agora nós vamos detalhar a questão da desapropriação do Parque Perus. Aqui é só uma localização novamente do parque. Então aqui estão as situações das desapropriações, nós temos ali ao norte, onde está o CEU de Perus, ali é exatamente o centro da subprefeitura, e ele vem então contornando o Ribeirão ao sul até chegar cruzando o Rodoanel nessa área maior onde já há um cruzamento do Ribeirão Perus com o Rio Ribeirão do Fogo. Nós priorizamos o início da desapropriação por essa área que está mais magenta, que são as áreas que estão vazias, ainda com bastante mata e a idéia então é começar o parque por esse local, onde ele traria também um grande benefício para a cidade, porque esse rio ele tem um problema que é o de causar enchente lá no centro de Perus. A idéia dessa grande desapropriação ao sul do Rodoanel seria criar ali um represamento, um controle do



regime do rio de forma que a gente conseguisse controlar as enchentes para o centro de Perus e depois ele seria então estendido ao norte, nessas áreas vermelhas, que também estão declaradas de utilidade pública e já estão sendo trabalhadas a desapropriação delas. Então nós começamos do sul, ao norte, exatamente para poder resolver primeiro a questão da enchente. E ali tem um braço, á direita, que é o braço do Areião, do Córrego Areião, nessa área tem também uma situação bastante interessante porque nós temos áreas públicas e que também podemos incorporar aquelas áreas vermelhas, que são as áreas particulares, para criar um parque linear e que já poderia ser um parque bastante próximo a população, poderia ser de uso também de lazer. E esse parque basicamente ele tem uma função mais hídrica mesmo porque tem problema de drenagem e também de fazer as conexões dos diversos pedaços da cidade, o bairro é muito fragmentado e muito cortado pela ferrovia, porque em torno da Ribeirão Perus também passa a ferrovia, a estrada é da CPTM e cria uma barreira muito grande para a cidade então o parque será uma oportunidade para poder fazer as conexões. O parque ele tem aproximadamente 1.000.000 m², nós temos uma área com decreto de utilidade pública de 999.000 m², isso na soma, a diferença é porque nós temos áreas públicas que estão sendo incorporadas ao parque. E nessa área que é mais marcada com rosa, que são as áreas em processo de desapropriação que já foram feitos os depósitos, que somam 563.000 m², o valor R\$ 10.500.000,00, valor que já foi depositado. E todas essas áreas já tiveram o valor inicialmente depositados, que é o valor de oferta que a prefeitura faz e também já passou por processo judicial com avaliação de peritos.

Coordenadora Helena Magozo: Só para dar uma explicação, que a Zania perguntou e acho que é muito pertinente, do que é que nós estamos falando? Quando estamos falando desses R\$ 403.513,00, porque houve um espaço de tempo entre quando foi determinado o valor e o depósito, então esses R\$ 403.913,00, eles são a diferença entre o valor estabelecido por DESAPE e o depósito efetivo, então tem um intervalo e é a isso que corresponde, que o valor total é o colocado, que é R\$ 10.500,00.

Roselia (Departamento de Planejamento): Os processos normalmente eles tem ido para o judiciário, tem problemas também com fundiários de documentação, esses terrenos são áreas rurais e eles têm muito problema de documentação, então é difícil se fazer um acordo na própria prefeitura, a prefeitura não pode decidir sobre a legitimidade dessa propriedade e isso sempre vai para o judiciário. E normalmente o juiz determina então uma nova avaliação por um perito judicial, então essa diferença é isso, é justamente isso. Então temos o restante das áreas para mostrar que são essas áreas vermelhas que também já estamos trabalhando o processo de desapropriação dessas áreas vermelhas e também não foram feitos os depósitos que somam cerca de 160.000 m². Faltam aquelas áreas verdes que seriam a terceira fase das desapropriações que é em uma área mais urbana e mais complicada que nós estamos deixando para a terceira fase porque tem muitas áreas com moradia, apesar de serem áreas já muito degradadas, então é isso. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Nós estamos abertos para os questionamentos dos conselheiros.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu queria parabenizar por esse trabalho da montagem do Parque Linear, acerca de uns quatro anos atrás senão me engano, nós montamos uma reunião dentro do Instituto de Engenharia que era para discutir as enchentes da cidade de São Paulo e nosso vereador na época, Ricardo Montoro, era o presidente da Subcomissão da Água dentro da Comissão de Política



Urbana dentro da Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal. Depois de quatro reuniões dentro do Instituto de Engenharia, nós achamos por bem expandir aquela discussão, porque nós descobrimos no meio dessa reunião que a discussão das enchentes era muito mais antiga do que nós imaginávamos. E dentro dessa Comissão da Subcomissão da Água nós tivemos a participação de pessoas geniais aqui da cidade de São Paulo, que conhecem em profundidade essa questão das enchentes. E em uma das apresentações, o engenheiro Ivan *, ele fez uma apresentação mostrando os parques lineares franceses com a serventia que eles tem, de ser uma área de lazer e ao mesmo tempo de servir como um piscinão, uma área de drenagem e tem toda uma administração em torno dessa questão nos lugares onde eles têm esses piscinões e ele falou da parte administrativa desses piscinões, desses parques lineares e nós chamamos aquilo na época, de piscinões da quarta geração, que primeiro na época era comum a gente imaginar o piscinão do Pacaembu, que era uma coisa fechada, uma caixa d'água, cheia de grade em volta, que servia para água vir e ficar parada com todos os seus sofás, com todas as suas coisas, o seu lixo e com aquela dificuldade de limpar e quando ele mostrou aquelas cenas de piscinões com parques lineares todos verdes, bonitos, com crianças brincando, aquilo não dava nunca para nós a imagem de que era um piscinão. Então na apresentação dele ele falou sobre piscinões fechados e que depois passaram para piscinões que tinham a limpeza, a água tratada e a retirada desse lixo. E a quarta família que era o piscinão que a água vinha, tinha a água tratada, tinha a retirada do lixo e tinha o lazer junto, então nós classificamos aqueles piscinões de quarta geração. Então é assim com muito bons olhos que vejo o parque, preocupado com essa questão da água, que eu já vejo a prefeitura migrando para questão da quarta geração dos piscinões, eu queria perguntar ao pessoal se já estão pensando administrativamente nessa questão, ou se é uma sugestão que faço agora disso ser transformado em um piscinão da quarta geração, dado que vocês estão preocupados com a questão da enchente no centro de Perus?

Roselia (Departamento de Planejamento): Bom, eu não sei se vou te responder corretamente a pergunta, mas nós estamos aproveitando, vamos dizer, essa oportunidade desse recurso para poder colocar o parque não só como uma questão de lazer, mas ele como questão de infra-estrutura urbana mesmo. Então ele tem uma, quer dizer, esse porte de intervenção nesse percurso todo de Perus, ele tem uma importância, como já disse tanto de drenagem como de interligação de caminhos e etc. E a questão do piscinão, talvez não seja esse nome que temos utilizado, mas ele vai servir como uma represa, vai haver comportas ali para poder regular a água porque ela vai do sul ao norte, o rio ele corre para cima, ali no caso. Então o represamento ao sul ele vai evitar as enchentes ao norte. Agora quanto ao aproveitamento da mesma área, exatamente da mesma área que alaga para depois um eventual uso, isso ainda é uma questão polêmica por conta das águas serem muito contaminadas. Nós não vamos conseguir ainda o parque totalmente limpo exatamente porque existe uma necessidade de uma ação muito grande em termos de recolhimento de esgoto e toda a questão do que se joga dentro do rio. Nessa região existe muita mineração, muita mineração de pedra, de caulim e de tudo o mais e isso também contamina a água. Então não se sabe, tem que haver um estudo para poder fazer isso para ver qual é o nível de uso que as pessoas podem ter. A gente pode eventualmente criar sistema em que a pessoa não tenha contato com o solo, ponte, algum tipo de coisa assim, e também se pensa nisso como mais uma área de contemplação, do que uma área para utilizar pisando em cima, vamos dizer assim.

Coordenadora Helena Magozo: Agora só complementando, porque eu acompanho as discussões e tem essa questão que ele falou que é a questão administrativa, a secretaria sim está pensando nessa questão administrativa e como organiza isso, sendo uma área



aberta diferente dos parques que a secretaria administra. Mas já sendo pensado nos parques criados, não é o caso ainda do de Perus, que passa justamente por todas essas questões anteriores, de responsabilidade em relação à área que a Roselia colocou, mas sim qual é a melhor forma de vigia para isso, de manutenção, estratégias da população se apropriar desses parques, está tudo sendo pensado, mas isso tudo são medidas novas, reações novas que a gente tem que acompanhar.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, bom, normalmente quando a gente fala que vai colocar um presídio ao lado da casa de uma pessoa, ou vai colocar um piscinão, a pessoa vai falar, pelo amor de Deus, isso é bem natural na nossa sociedade. Nesta apresentação que eu vi, inclusive toda essa documentação é pública, está a disposição, foi um encontro de um dia inteiro na Câmara Municipal, então eu pediria aos senhores que pedissem aos engenheiros da Prefeitura Municipal que fossem até a Câmara, que fizessem um levantamento desse documento que está na Subcomissão da Água, dentro da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, foi um encontro de um dia inteiro, tava á o pai dos piscinões que eu não me lembro o nome dele, é Ivan, a moçada quebra o teto, a referência nacional em termos de tratamento de água e de coleta de água. Eu vejo com olhos de futuro, se nós da cidade de São Paulo somos sempre uma referência nacional, nós fazemos sempre primeiro uma série de inovações dada a dimensão dessa cidade, se a gente tem uma oportunidade de fazer um piscinão de quarta geração, isso seria uma novidade. E se anuncia na região que vai fazer um piscinão, com certeza as pessoas ficam preocupadas. Agora se você anuncia, a senhora me desculpe, se a senhora anuncia que vai ter um piscinão que vai ser de quarta geração, que aquilo vai ser uma área de lazer.

Coordenadora Helena Magozo: Até está anunciado como Parque Linear, não como piscinão.

Cons. Sérgio Costa: É, mas junto vai ter um piscinão.

Coordenadora Helena Magozo: Não, mas tem essa função, mas a identidade é como um Parque Linear, com todas as funções que um Parque Linear pode preencher.

Cons. Sérgio Costa: Então, trocando, tendo esse Parque Linear que dentro contém, uma retenção de águas, se nós tivermos administrativamente o controle dessas águas, a limpeza, o tratamento dela e a disponibilidade desse local em que está sendo coletadas essas águas quando não estão essas águas servindo para lazer, vai ser uma grande inovação. Então eu proponho que se procure essa documentação dentro da Câmara Municipal e também lá no Instituto, o pessoal que eu citei uma boa parte deles são associados do Instituto e desde já eu fico a sua disposição. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para deliberação, os conselheiros que são favoráveis a deliberação de recurso de R\$ 403.913,00 como uma verba complementar naquele sentido que eu expliquei para vocês do tempo entre o que foi estipulado o valor e o que está sendo depositado, que trata da desapropriação do Parque Linear Ribeirão Perus, permaneçam como estão. Então foi aprovado por unanimidade. Agora vou pedir para Dalva da subprefeitura de Perus para ficar aqui a postos, ela é responsável por todo esse projeto das praças de Perus. Até nós tivemos um convite da subprefeitura de nós organizarmos um tour pelas praças, o Fabio, chefe de gabinete, que nos convidou. É só uma questão de nós, conselheiros, combinarmos isso e irmos ver o que está acontecendo, porque aqui é uma coisa e lá ao vivo e em cores é outra. Então o que nós vamos estar



deliberando é um adicional para o valor de execução da Praça Jardim Monte Belo, que é a Vale de Saber lá em Perus, acho que a Dalva podia explicar porque o pedido desse aditivo e falar um pouco da praça. Eu quero convidar você Dalva, para que sempre que houver a pauta das praças, para você vir e estar subsidiando os conselheiros porque eu acho muito importante, porque às vezes ficamos perdidos. Não há pessoa mais oportuna que você.

Dalva Marques de Medeiros Rodrigues da Silva (Assistente técnico II de obras): Com relação a Praça Jardim Monte Belo, é uma praça que já teve um aditamento inicial, por causa de uma modificação no projeto que não era adequado na época, então foi refeito todo o orçamento e a obra está caminhando e finalizando. Mas com a obra em fase final, a população começou a pedir mais coisas, que é habitual nessa fase. Então alguns moradores pediram mais umas mesinhas de jogos que não estavam previstas em um determinado lugar, outros veio requerer mais brinquedos, porque tinha só brinquedo na parte superior e tem colégio, então muitas crianças, se poderíamos colocar mais alguns brinquedos. E tivemos um problema que foi mais sério por conta, a previsão de onde seria uma pista de skate que estava no projeto original ficava bem próximo a uma EMEI e os professores começaram a reclamar que quando as crianças, os jovens comessem a brincar na pista de skate ninguém ia conseguir assistir aula, não iam ouvir uma série de coisas, então a gente conversando com a população toda, chegamos a conclusão que nós poderíamos naquele espaço onde estava aquela antiga pista de skate, nós faríamos um playground, nós colocaríamos mais dois brinquedos lá e transferiríamos o circuito de skate que era outro pedido da população para uma área mais embaixo que era destinada para uma praça da escultura. Mas durante esse período da construção, percebemos que aquele espaço a população não gosta, ela não vai se apropriar daquele espaço, então como está longe da escola, que já está pronto, que já foi feito a fundação para tudo aquilo, nós poderíamos fazer ao invés de uma pista de skate, um circuito mais suave, porque as pessoas que estão lá não são profissionais de skate, então preferimos fazer um circuituzinho mais suave de skate, mas que eles pudessem ter isso aproveitando aquele espaço que já tinha sido feito toda a fundação, que era um jardim das esculturas. Então o montante disso, eu fiz o projeto, eu levantei tudo, eu mesma desenhei o projeto e fiz um levantamento para que coubesse dentro do recurso final que tinha. Na verdade ele dá 26, mas houve um equívoco da nossa parte na época, quando nós mandamos a solicitação, era R\$ 190.000,00, para aquele aditamento e nós pedimos R\$ 192.000,00 por um erro de cálculo nosso. Então é 26, mas menos os 2 que já estão lá, a gente pediu os vinte e quatro. Dalva Marques de Medeiros Rodrigues da Silva. Assistente técnico II de obras.

Coordenadora Helena Magozo: Tem alguma indagação? Então vamos para deliberação, os conselheiros que são favoráveis à destinação dos R\$ 24.374,92 para essa complementação da Praça Monte Belo, Vale do Saber, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Muito obrigada Dalva e conto com você, sempre que a praça estiver na pauta nós conversamos.

Presidente Eduardo Jorge: Só uma pergunta, em vez daquela pista de malabarismo de skate, vai fazer uma pista mais suave? Isso é muito mais prudente, porque aquela pista que agora a prefeitura está colocando em todo o canto eu acho particularmente perigosa.

Dalva Marques de Medeiros Rodrigues da Silva (Assistente técnico II de obras): Ainda mais lá, que ninguém vai ter um capacete.



Presidente Eduardo Jorge: Porque agora tem aquele modelo e esse modelo vai sendo transplantado em todo o canto.

Dalva Marques Medeiros Rodrigues da Silva (Assistente técnico II de obras): Não, na verdade, tem até o projeto aqui, nós pensamos em rampa suave, só mesmo para as crianças brincarem, no momento onde tem uma coisa um pouco mais agressiva, são 50 cm, a gente colocou um guarda corpo atrás para evitar que eles caíssem.

Presidente Eduardo Jorge: Tá bom.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, então nós vamos agora para o terceiro ponto da deliberação, que é a Transferência de recursos do Projeto: Implantação de Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera, essa escola já estava prevista desde a primeira Audiência Pública e agora aconteceu à licitação, tinha a previsão de custo, o projeto foi desenvolvido, já aconteceu à licitação e a Elaine, que é a diretora de projetos do DEPAVE vai estar apresentando para nós essa intervenção, esse projeto e depois nós vamos para deliberação. Faz favor, Elaine.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Bom dia a todos, eu vou fazer a apresentação da Escola de Marcenaria, os primeiros slides serão sobre o Projeto Pau a Pique, que apresentamos há dois anos atrás e como o conselho tem mudança de conselheiros iremos apresentar novamente para mostrar do que se trata exatamente. A Escola de Marcenaria ela foi desenvolvida com dois objetivos. Um objetivo ambiental que seria o aproveitamento das nossas podas, do manejo, da vegetação. Primeiro, deixa-me falar um pouco da apresentação para criar uma estrutura, vou falar dos objetivos que é o ambiental e o social, dos produtos que vão ser desenvolvidos a partir da escola, a localização, porque nessa região e porque no parque. Depois vamos nos ater mais na parte do projeto, o programa, o conceito, o desenho em si da escola, os materiais, custo e cronograma de implantação. A primeira parte que é o objetivo: O objetivo ambiental que é o aproveitamento e reuso dos restos de corte de poda de árvores dos parques municipais, principalmente o Anhanguera, depois mostrarei o porque. E um objetivo também social que é a formação e a capacitação de mão-de-obra qualificada, através de curso de marcenaria para geração de renda e inclusão social para promoção do desenvolvimento sustentável nessa região de Perus e Pirituba. Dos produtos que vão ser desenvolvidos a partir do programa da escola são inicialmente produtos que vão dar suporte ao mobiliário dos nossos parques, então são quiosque, coreto, caramanchão, ponte, banco, mesa, cadeira, mesa de jogos, lixeira, postes, temos desde coisas que são bastante simples, mas que pode ter um desenho bastante interessante para aproveitar esse material que é de suporte de comunicação até coisas mais elaboradas como brinquedo de play-ground. Nós em conjunto com o pessoal do Parque do Estado e da Água Branca temos todo um projeto, por exemplo, de aparelho de ginástica para a terceira idade, todo feito em eucalipto, que está implantado no Parque da Água Branca e estamos implantando em alguns dos nossos parques, e, pisos, por exemplo, que podem ser desde bolacha de corte de madeira até o resto da marcenaria, a serragem que a gente também utiliza para colocar como piso em algumas áreas. A localização nós escolhemos o Parque do Anhanguera. Nós estamos falando hoje só das regiões de Pirituba e Perus que ficam no extremo noroeste da cidade. Temos alguns pontos que precisamos destacar do porque o parque ser aí? Eu acho que o parque ele tem bastante espaço para poder fazer isso, ele tem uma área, ele é uma área de reflorestamento apesar de ter uma parte de nativa e ter sub-bosque, mas ele tem uma grande área de reflorestamento que tem abundância da matéria-prima que vamos precisar para



desenvolver esses projetos. O parque ele foi considerado pela gente como ainda subutilizado, é uma área bastante grande em um local de uma população bastante carente de áreas verdes qualificadas, por mais que tenha alguns parques na região, ele tem um uso muito pequeno é um uso concentrado nos finais de semana. Tem uma reformulação do parque hoje, um plano diretor para o desenvolvimento desse parque e ele também deverá cumprir a sua função ambiental e social de maneira mais eficiente, nós já estamos em implantação do centro de recuperação de animais silvestres, o CRAS, está lá em construção, hoje vocês já conhecem o projeto que foi apresentado aqui. O viveiro de arbóreas que está na fase de projeto executivo, e também nós estamos discutindo a ampliação da área de lazer e de esporte e definindo um local para implantação de um restaurante já que vamos ter uma mão-de-obra diariamente nesse parque com esses equipamentos e eles vão precisar desse suporte, ou seja, o parque ele já estava sendo repensado pela secretaria em termos de programa. Uma coisa interessante é que no parque já existe uma experiência de trabalho de madeira, que vamos ver em algumas fotos, sendo desenvolvidos pelos funcionários do parque, são coisas bastante interessantes e bonitas, mas sem o equipamento adequado, assim como a motosserra, o pessoal conseguiu fazer muita coisa interessante. E dentro do parque existia uma área que era um platô sem vegetação próximo a uma rede de energia, com de facilidade de acesso, já que vai ser uma escola para jovens, tinha uma facilidade de acesso para as pessoas chegarem, uma área que tinha ocorrência de alguns casos de violência e a escola poderia fazer uma transformação daquele local. As fotos são só os bancos que temos no Parque Anhanguera hoje, para vocês verem a diversidade de coisas que foram desenvolvidas pelos funcionários, pelos técnicos que trabalham no parque. Agora estamos vendo uma orla, que na verdade aqui foi todo um espaço construído a partir dos eucaliptos do parque a gente tem banco, tem aqui uma contênzãozinha, esse aqui que é uma estrutura que está contendo na verdade esses 50, 70 cm, aqui temos uma orlinha, tem o guarda corpo e tem a estrutura lá na frente para o alambrado da quadra, todo construído com os eucaliptos de madeira, e tudo é feito nesse galpãozinho que hoje está em uma situação bastante precária, nós visitamos lá, ele está assim nas últimas, e nós vamos ter que utilizar outro lugar mesmo para isso, mas nesse pequeno galpão, sem equipamento, nós vimos que tem um potencial grande para desenvolvimento do programa. Aqui nós vamos entrar na parte do projeto, o Projeto da Escola de Marcenaria, ele precisava ter um programa mínimo, e nós não poderíamos passar muito dos 1.200 m, no fim passamos um pouquinho, no processo executivo final nós chegamos 1.500 m. O projeto, ele teria que ter uma parte da estrutura da escola, que seria a oficina mesmo de marcenaria, onde os alunos colocariam a mão na massa, uma sala de bancada, uma sala de modelos, uma sala de acabamento, são etapas diferentes do desenvolvimento do produto. Sala de aula onde você vai ter aula da madeira, de cortes, de encaixe, de um pouco também do histórico do trabalho, do uso da madeira na construção e no desenvolvimento de mobiliário, auditório e biblioteca, então esse é para escola esse é o nosso programa mínimo. Da parte de visitaçã, a idéia é de que as escolas não só da região, mas da cidade de São Paulo possam visitar essa escola como uma escola modelo e divulgar o uso da madeira e do programa, então teria que ter uma área de recepção que no fim ela ficou bem pequena, ter uma área que você pudesse ver o pessoal trabalhando com a madeira de cima e ter uma passarela, assim crianças, jovens, idosos, qualquer idade pudesse dar a volta e não atrapalhar o pessoal lá embaixo. O maquinário é pesado e perigoso, tem que ter todos os cuidados. E uma sala de produtos onde ficam, em exposição, os produtos que são desenvolvidos na escola. E uma estrutura de apoio, sala de administração, onde vai ficar o responsável, o diretor, sala de reunião, sanitários tanto para os funcionários, quanto para os alunos e visitantes, cozinha, refeitório, o Anhanguera é um local difícil para você sair de lá para almoçar, então tem que ter um



refeitoriozinho junto com a cozinha. Almojarifado, manutenção, depois uma parte que é triagem e processamento, secagem e beneficiamento da madeira, que é madeira entrando, o manejo, a madeira entrando todo o processo que ela tem que fazer, para depois pegar e utilizar ela para desenvolver o mobiliário, no fim esses quatro itens, triagem, processamento, secagem e beneficiamento nós acabamos colocando em um volume a parte, a gente tirou do volume principal e colocou no volume a parte para fazer a produção aí em série, é uma parte bastante barulhenta que a gente procurou afastar da sala de aula. E também a parte de armazenamento e tratamento. O conceito da Escola de Marcenaria, conceito e o partido do projeto sempre foi pensado, quem trabalhou nisso foi o pessoal da escola da cidade, foi de desenvolver a própria edificação fazendo a utilização de materiais locais e obviamente utilizar a madeira como principal elemento construtivo valorizando a madeira, priorizar os recursos renováveis e uso da tecnologia para eficiência de materiais e do uso da energia, então desde utilizar a lâmpada led, até utilizar alguns, por exemplo, alguns derivados do petróleo, mas que vão dar uma eficiência maior para uso da madeira. E aí uma das imagens que o pessoal da escola da cidade trouxe foi essa imagem que é uma imagem muito bonita, não sei se eu teria coragem de passar por ali mas que na verdade é uma pontezinha, mas ela é feita de madeira bastante precária mas com uma grande inteligência estrutural, ela tem um reforço no engate e consegue fazer com que essa situação aqui que parece muito delicada de apoio seja uma situação muito firme, bastante sólida e isso foi uma imagem que o pessoal da escola da cidade trouxe, na verdade foram algumas imagens, mas acho que esta é a mais significativa e que depois nós iremos ver esse conceito estrutural bastante presente no projeto. Nós vamos ter o conceito do desenho, esse foi o primeiro desenho do projeto, o estudo preliminar, que na verdade utilizou já o desenho do quadrado, imaginando um grande vão central aqui dentro, onde todas as atividades da oficina e as bancadas de trabalho direto com a madeira elas pudessem ficar aparentes e serem visitadas pelo entorno, e todas as salas, todas as áreas de apoio elas pudessem ficar em dois andares nas laterais desse prédio. Então esse foi a forma inicial da escola que depois foi bastante preservado no desenvolvimento do projeto executivo. Aqui é só uma outra vista, mostrando os dois andares, aqui na parte interna é a passarela, a permanência aqui de uma ventilação permanente na parte superior e também uma iluminação não direta, mas uma iluminação natural, isso foi o conceito inicial, já inicialmente ainda sem muitos estudos do solo, a previsão foi de fazer uma fundação de concreto de estaca e isso também no projeto executivo e com os estudos de sondagem se confirmou que era a melhor solução e aí a sondagem só determinou a profundidade desse estancamento. Toda essa prancha que nós vemos aqui de piso, é um piso um pouquinho mais elevado, inteiro de concreto, ele é específico para suportar grandes equipamentos, então ele tem internamente toda uma estrutura para poder segurar o peso das máquinas e também dá possibilidade de movimentação de mudança de layout ao longo do tempo das máquinas, essas paredes que pensando na questão do uso de materiais locais, com a abertura da fundação do edifício, essa terra ela é separada e toda ela mais uma parte ela é utilizada para fazer as paredes que são paredes de taipa, com isso temos na base um rodapé alto de concreto que vai proteger de um contato direto com a água e também sobre a parede de taipa tanto na parte interna, quanto na externa tem uma pintura de proteção, sendo que nas áreas molhadas no banheiro e na cozinha essa pintura de proteção ela é impermeabilizada, nós não vamos ter azulejo, mas é uma pintura que impermeabiliza. Na parte estrutural então, essa é a parte estrutural que ela é inteira de madeira, de eucalipto roliço, nós temos aqui os pilares nas laterais deixando um grande vão e para gente conseguir esse grande vão tem, então, uma estrutura de madeira que segue um pouco aquele conceito da pontezinha, temos aqui uma viga, que na verdade são três vigas de madeira elas serão mais altas e essa altura que vai possibilitar ter um grande vão central



sem suporte. Todo o piso também na estrutura é de madeira e a cobertura também de madeira. E é basicamente eucalipto que está sendo utilizado. Aqui é só uma outra vista do mesmo esquema, todos esses desenhos são do estudo preliminar e que o executivo só desenvolveu mais o estudo. Aqui é uma vista da cobertura ainda só da estrutura, o que mudou radicalmente do desenho, temos uma mudança significativa na fachada e nessas rampas de acesso, na verdade o projeto inicial ele não estava muito detalhado, ainda tinha a possibilidade de ser escada de madeira aqui e como nós debruçamos um pouco mais sobre o projeto, e enfrentando as questões da acessibilidade universal, nós tivemos que mudar radicalmente, fazer uma rampa que acabou pegando uma parte considerável desse vão central, e na verdade a rampa ela está inteira aqui descolada dos dois lados da passarela lateral. Vamos ver isso depois em um desenho. A outra mudança que teve do estudo preliminar para o final é que essa grande abertura que nós temos aqui, na verdade, o peso dessa porta ele acabou sendo inviável, a gente teria que ter uma solução mecânica, para ajudar abrir e fechar por conta do peso e aí acabamos definindo pequenas portas que em termos de acesso nós conseguiríamos preservar todas as funções, não teria tanto problema e também quando começamos a fazer estudos iluminotécnicos para ver a iluminação dentro desse galpão e não utilizarmos a energia, não ter lâmpada acesa até enquanto tem sol, a gente acabou abrindo esse segundo andar praticamente todo, vamos ver em um desenho de fachada, mas é um desenho técnico, para termos mais iluminação e ainda alguns domos nessa cobertura que é para garantir mesmo a boa iluminação, já que muitas vezes você vai trabalhar com bastante coisas de encaixe e delicadas. Aqui é uma vista interna da estrutura. Na sequência, ela com o fechamento. Então alguns estudos de iluminação natural que nós fizemos eles chegaram em algumas áreas no centro, apesar dessas aberturas laterais permanentes não com uma luminosidade não perfeita para você ficar trabalhando com peças delicadas, então nesse mesmo desenho a gente vê que está um pouco escuro, então foram abertos alguns domos no telhado para termos essa iluminação natural, zenital nós falamos. Então nós trabalhamos basicamente com madeira na estrutura, as paredes de pau a pique, a fundação inteira de concreto, a cobertura estamos usando USB e uma manta acrílica impermeabilizando, as esquadrias externas elas são de madeira, tem alguns vitrôs que são metálico. Agora é exatamente a plantinha que vamos ver a disposição de todos os espaços. A sala de aula elas ficaram na parte superior, na parte de baixo ficou a parte da cozinha, refeitório, o auditório, a parte de manutenção, por exemplo, do maquinário que aí não dá para subir com o maquinário, então ficou toda essa parte pesada em baixo, ficou a parte que seria a sala de exposição dos produtos também ficou embaixo, na parte de cima ficaram os sanitários, as salas de aula e a biblioteca. E aí essa parte de triagem de você pegar a tora lá in natura e trabalhar a tora até ela tornar uma madeira passível de virar mobiliário, todo esse trabalho mais pesado ele ficou diretamente em um espacinho fora, ele ficou em uma área na frente formando um conjunto. Enquanto abre poderia alguém fazer alguma pergunta aproveitando o tempo?

Coordenadora Helena Magozo: Então vai abrir o desenho final, mas está aberto para os conselheiros, Sérgio, Lucia, Zania, a Miriam também, o Secretário, está aberto então para as questões.

Presidente Eduardo Jorge: Eu queria fazer um comentário antes dos conselheiros porque esse é um exemplo ao mesmo tempo de êxito e frustração. Êxito porque finalmente chega agora para a licitação, mas frustração porque isso é algo que deveria estar pronto a alguns anos. Quando começou a discutir a questão das mudanças climáticas aqui em 2005 haviam várias frentes de discussões na secretaria e uma delas era essa questão da Escola de Madeira, eu queria até fazer uma referência a duas



peessoas, o arquiteto Caruana lá da escola da cidade e ao nosso funcionário de carreira que é Eduardo Auricinio que é o engenheiro, que foram as pessoas que começaram a discutir essa questão. O que que tem a ver com as mudanças climáticas, porque agora com o crédito de carbono isso finalmente parece que vai sair do papel? Uma das teses desses arquitetos e engenheiros é a utilização da madeira como elemento construtivo que no ponto de vista da eficiência energética tem um certo preconceito em relação a ele, mas se você analisar toda a cadeia ele termina sendo muito mais eficiente do ponto de vista energético que outros materiais mais usados, pesados na engenharia. E esse aqui era uma amostra, uma atividade de como a cidade de São Paulo, a cidade do cimento pode resgatar a utilização da madeira como elemento construtivo muito mais eficiente no ponto de vista energético e muito mais eficiente ainda no ponto de vista do aquecimento global. Por isso é que tem um efeito paradigmático nessa questão da construção da eficiência energética. E também tem o aspecto da sustentabilidade de você em uma área onde o desemprego, onde a questão da juventude, as opções para a juventude é algo muito precário, como é Perus, uma área muito mais marginalizada em relação a cidade de São Paulo, receber um equipamento desses, que é um local de integração com a população com o entorno. Então essa questão era mais difícil do que pensávamos, muito mais difícil do que pensávamos, os próprios arquitetos da escola da cidade que no começo, em 2005, 2006 conversaram conosco, mostraram como era na teoria, para chegar mesmo na licitação, era muito mais difícil do que eles acreditavam. Mas agora com essas adaptações que o próprio pessoal do DEPAVE fez acho que eles conseguiram equacionar. Assim, eu acho que é muito importante, estamos agora na fase da licitação, que isso entre no ritmo e que dê condições de termos isso nos próximos anos, porque é uma das questões que na Audiência Pública em Perus tem peso, porque é uma atividade ao mesmo tempo econômica e social de retorno para a população de Perus, dos jovens de Perus. Então nesse ponto de vista eu queria que fosse ressaltado tanto no ponto de vista da eficiência energética, na questão do aquecimento global, da engenharia, mas também no ponto de vista de dar uma destinação social mais adequada ao Parque Anhanguera para a população de Perus e Anhanguera.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Queria até fazer uma observação em relação a isso, o professor Caruana que desenvolveu o projeto, o estudo preliminar, ele desenvolveu também o projeto executivo e nós apesar da discussão da bioconstrução, da construção mais sustentável ser uma questão crescente no Brasil, já existem diversas experiências implantadas o que acabamos vendo é que, por exemplo, nesse projeto específico entramos em algumas discussões como a cobertura, devemos usar uma telha ecológica ou não usaria nenhum derivado, aproveitaria os materiais que foram usado com o petróleo ou usaria a placa de USB como a manta. E aí entrou em toda uma discussão que foi exatamente como avaliamos o que causa menos impacto. E aí entramos na questão, no estudo do ciclo de vida de materiais, então fomos estudar esse ciclo de vida, quanto tempo duraria cada material e acabou utilizando uma solução que aparentemente ela não é mais sustentável, estamos usando uma matéria prima que não é renovável, que é todo o material impermeabilizante, mas com o tempo isso acaba sendo sustentável porque ele tem uma durabilidade muito maior, então na verdade o estudo disso tudo que era uma coisa que a secretaria ainda não tinha o domínio, que agora estamos trabalhando com essas construções, acabou levando mais tempo que o previsto inicialmente. Tivemos um acréscimo de tempo e vamos ver no final de custo da obra também, o que estava sendo pensado, o que estava sendo previsto inicialmente quando fomos desenvolver o projeto executivo inteiro e contabilizou cada material, a mão-de-obra colocada, vimos que o valor deu maior que o esperado. Está travando. Os desenhos



técnicos eles são carregados, tentamos tirar do Autocad, nos computadores da secretaria estava funcionando bem, mas aqui ele não.

Coordenadora Helena Magozo: Nós estamos falando então de um projeto que está pronto para ir para licitação com um valor estimado como sabemos, quer dizer, esse é o valor máximo, pela tabela EDIF, por outros complementos que o projeto exigiu porque tem muitos elementos que não são padronizados, como uma taipa e outros elementos que foram colocados. Então o valor estimado para licitação é de R\$ 3.633.025,97, então é disso que estamos falando aqui, do projeto e desse valor que vai a licitação e pode ter uma mudança por conta da licitação, mas é o estimado. Sérgio, por favor.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu pediria até ao moço da apresentação colocar aquela, está travando, bom, então os senhores vão ter que usar a imaginação. Eu queria dizer que fico muito feliz de um projeto de R\$ 3.000.000,00 ser apresentado aqui no CONFEMA, o que demonstra a necessidade do CONFEMA aumentar de tamanho cada vez mais. E quando eu vi aquela viga em balanço, que eu olhei naquela pontezinha, eu não passaria naquela pontezinha nem me pagando, faltou engenheiro ali, mas em todo o caso se ela está de pé e eu não sei há quantos anos, na verdade a foto não mostra do outro lado o quanto essa viga está sendo puxada para lá, porque na humanidade a gente inventou a mão francesa, que é uma forma de você colocar uma madeira que sustente para você impedir que essa viga faça assim, então coloca outra madeira aqui e faço uma sustentação, eu falei porque será que esse engenheiro maravilhoso não colocou uma mão francesa nesse projeto. Aí eu fiz questão de olhar o desenho e entendi que esse braço é puxado para lá, para o outro lado, ela fica apoiada, balanço, mas tem um pedaço de madeira para lá que a gente não enxergava, que eu falei, bom, será que nenhum engenheiro assinou esse projeto, mas em todo caso, então eu fui olhar para lá, aí olhando aqui as plantas, eu vi que tem a associação dos arquitetos, como que é o nome da associação, Associação de Ensino Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo, AEASP, que parece-me que foi contratada para apresentar esse projeto. Então a primeira questão que levanto, é que, não seria necessário uma licitação para a apresentação desse projeto, e dados aos históricos de associações que antigamente estavam envolvidas em questões junto à prefeitura em nível federal, se não teríamos nenhum problema com essa associação, deles apresentarem um projeto e sem licitação para essa apresentação de projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Eu quero fazer um esclarecimento sobre isso, Sérgio. Na verdade, nós temos uma regulamentação e um decreto regulamentador do uso do espaço público e esse projeto foi contratado com recurso de uso do espaço público, até por conta da especificidade do projeto que tinha toda essa questão conceitual do termo de referência, então não foi por licitação, mas foi por um instrumento absolutamente formalizado e legalizado que é o recurso público advindo do uso do espaço nos parques municipais. Então não é licitação, mas é um instrumento legítimo e regulamentado. Só para dar um esclarecimento. E porque que não foi licitação? Por conta de pelo todo o termo de referência, ter uma especificidade que se achou importante uma escola de arquitetura estar pensando junto e motivou também a escola estar pensando junto a esse projeto, esse conceito.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu não vejo com muito bons olhos, até eu sou de uma entidade, também é uma associação, o Instituto de Engenharia, mas eu faço essa afirmação como engenheiro, como representante de uma ONG inclusive, então eu diria que gostaria de ter um parecer jurídico de que isto aqui é



coerente, para que vocês evitem problemas futuros em termos desse projeto que é feito por uma associação.

Coordenadora Helena Magozo: Nós não estamos, o CONFEMA não está aprovando o recurso do projeto, nem esse projeto, o CONFEMA está sendo chamado, acho que isso é legítimo, estamos fazendo, mas o que o CONFEMA está sendo chamado a deliberar é a execução do projeto, o antes, o CONFEMA não tem nenhuma responsabilidade sobre isso nem está sendo discutido aqui. Eu só queria esclarecer.

Presidente Eduardo Jorge: Disso que ele falou, está claro que estamos deliberando sobre o projeto já elaborado...

Coordenadora Helena Magozo: É sobre a execução

Presidente Eduardo Jorge: Mas isso daí a gente pode pedir para o pessoal do nosso jurídico respaldar aquela decisão do uso do preço público.

Coordenadora Helena Magozo: Sim.

Presidente Eduardo Jorge: Tem o aluguel da OCA, aluguel, outras coisas não tem nada a ver com isso aqui, mas isso que ele está falando pode se pedir para o Leandro.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Só queria esclarecer, que foi como em uma carta convite apresentados orçamentos de escritório e foi contratado o de menor preço, foi feito o procedimento correto.

Presidente Eduardo Jorge: Isso é a coisa normal, se você aluga a OCA, por exemplo, para essa exposição francesa o sujeito paga o preço, depois agora estão fazendo essa pintura da ciclovia, então se pega três orçamentos e eles direto pagam a obra com esse preço público. Isso é uma coisa regulamentada, mas o que o Sérgio está pedindo, acho que a Helena pode anotar e pedir para respaldar e ter esse documento lá no outro processo, não nesse.

Coordenadora Helena Magozo: Eu estou dizendo só o contexto desta deliberação.

Cons. Sérgio Costa: É para própria segurança do CONFEMA, até porque eu tava olhando aqui, me parece que o projeto está em torno de R\$ 40.000,00, do projeto inicial, não sei se daria o valor inicial desse projeto, para dizer que seria uma carta convite, mas acho que não está no mérito, como o secretário bem disse.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): É o procedimento de uma carta convite, mas o evento ele tem um procedimento que foi aprovado, legitimado e que eu acho que é isso e isso que o secretário está colocando que o parecer do jurídico pode esclarecer a vocês como.

Cons. Sérgio Costa: Ótimo, continuando minha fala, a outra questão é que eu vejo como uma Escola de Marcenaria ela deve servir muito mais do que ao Parque de Perus, porque com o tempo as coisas lá vão estar muito bem feitas, vão estar muito bonitas e ela poderia estar servindo também a outros parques de São Paulo, então eu não sei se isso foi pensado, então eu vejo com muito bons olhos até porque eu vou fazer uma sugestão aqui que eu acredito que seja também essencial para cidade de São Paulo, nós temos aqui uma influência japonesa muito forte nessa cidade, pessoas que vieram aqui e



ajudaram a engrandecer essa bela cidade. E os japoneses trabalharam muitos anos com bambu, eles têm artes maravilhosas em bambu e o bambu também tem que ser levado em conta, uma Escola de Marcenaria pode trabalhar com eucalipto e também com bambu, muitas eu vejo nos parques da cidade, eu sinto muito a falta da presença das artes das obras de bambu, em uma ida rápida a Liberdade vemos obras maravilhosas, que queria sugerir que a Escola de Marcenaria também atentasse para essa questão que é muito importante. E acho que para finalizar, eu queria só uma explicação rápida de quem são esses funcionários, porque uma escola pressupõe que tenha aprendizes, que vão vir da população ali em geral, então eu queria que vocês envolvessem o SENAI, porque você pegar uma criança que não tem formação nenhuma, que seja, dar uma serrinha na mão dela, se ela não tiver bons mestres, bons professores, e uma estrutura adequada, pode significar problemas amanhã para prefeitura. Então que tivesse o envolvimento do SENAI, que eu acho que é muito importante.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Então do mobiliário, na verdade o mobiliário, o mobiliário que vai ser produzido lá, ele é um mobiliário que inicialmente vai servir para equiparmos todos os parques, tanto parques existentes hoje, que precisamos adensar ou trocar mobiliário, trocar banco, mesa, tem uma infinidade de percolados, por exemplo, que é uma coisa que a gente tem usado bastante, mas é para todos os parques da cidade e na continuidade do programa podemos usar isso em praça, em parque público, ter mobiliário urbano, como ponto de ônibus de madeira, estamos iniciando com os parques, mas eu acho que a tendência é assim crescermos na produção, então não é só para o Anhanguera. A questão dos funcionários hoje aquele mobiliário que eu apresentei ele foi desenvolvido pelos funcionários lá do Anhanguera, do pessoal lá do Rodrigo, que é um pessoal da casa, funcionário da casa que está lotado há bastante tempo e também funcionário da empresa que acaba também trabalhando nisso. Mas essas pessoas na verdade elas vão ser capacitadas no primeiro momento, para elas continuarem produzindo esse tipo de material, esse tipo de mobiliário, mas eu hoje na apresentação eu tentei, quase não falei do programa do Pau a Pique eu fui direto no projeto, mas o programa inicialmente o Eduardo **Licínio** fez contato com o SENAI, com a Escola de Marcenaria que eles têm e tem uma parceria então da Secretaria do Verde com o SENAI. Até todo esse programa de implantação da escola, foi tudo definido com o pessoal do SENAI, com a consultoria com orientação do pessoal do SENAI que também tem essa passarela de visita no projeto deles, o pessoal da secretaria, nós fomos visitar a escola do SENAI que fica no interior, ou seja, já existe essa parceria, não necessariamente esses funcionários do parque que fazem esses bancos, que são coisas maravilhosas, com motosserra conseguem tirar leite de pedra, se vocês verem o equipamento que eles tem e o produto final, é inacreditável, estamos cada vez mais usando esse pessoal para fazer várias coisas, nos nossos parques, mas não serão eles os professores, os professores vão ser capacitados aí é todo um segundo momento que o programa prevê.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu tava aqui me lembrando uma história, eu sou um capoeirista nas horas vagas e eu precisei de uma vareta para tocar berimbau, e usamos essa vareta de jacarandá, é uma madeira muito concentrada, pesada, então é ótima para tocar berimbau e eu fui comprar uma vareta de jacarandá, o jacarandá hoje é vendido por kilo, e fui nas marcenarias famosas aqui de São Paulo, e o pessoal disse, "olha, está difícil de você encontrar porque a agora as madeiras que vem de longe, todas elas controlada pelo Ibama", então é mais uma coisa que vai ajudar vocês muito nesse projeto. Porque a vareta que eu tenho de jacarandá veio do lixo, é um pedaço de madeira que a pessoa não dá valor, coloca no lixo, ou muitas vezes sem saber



o valor daquilo, mas não tem uso dentro da casa, vou colocar no lixo, podia ser também uma parte dessa escola servir também para reciclagem desses materiais, o lixo da cidade de São Paulo é riquíssimo em madeira. Muitas vezes cadeiras velhas com madeiras nobres. E é mais uma sugestão que eu faço, que vocês também fizessem um trabalho junto à reciclagem da madeira, que tem madeiras nobres que estão no lixo e essa vareta de jacarandá eu não sei se ela era uma perna de mesa, se ela era, não sei, mas ela estava no lixo, e ele conseguiu, não sei também que tipo de lixo, se era de uma marcenaria, mas o que ele me falou: "olha, eu tenho um pedaço do jacarandá que eu consigo fazer uma vareta que eu peguei em um desmanche ou em um lixo". Então é outra sugestão que eu faço, que vocês trabalhem com reciclagem.

Cons. Zania: Você falou que essa oficina tem 1.500 m², isso dá um custo bastante elevado para essa obra, eu gostaria que você esclarecesse o custo, porque dá mais de R\$ 2.000,00 o m² dessa obra.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Eu acho que é a especificidade mesmo do projeto, quando a gente pega a base de valor do m², a gente tem muito em mente o valor de residência, que é o valor de apartamento, de casa, que aí falamos, "um apartamento de luxo, uma casa, construir uma casa de luxo, chegamos em um valor de 1.200 m² e tal". Em construções que não são residenciais esse valor ele já é diferente até por conta da especificidade mesmo, de equipamentos e estamos contando também nessa edificação com produtos que hoje ainda são de 10 a 30% mais caros, que são produtos sustentáveis, que são mais sustentáveis, por exemplo, as lâmpadas que a gente vai utilizar lá, são todas lâmpadas que são mais eficientes, elas são mais econômicas, utilizam menos energia e com menos energia elas conseguem iluminar mais, só que essas lâmpadas elas são mais caras, não só a lâmpada em si, mas às vezes a própria estrutura, o impermeabilizante, a própria mão-de-obra, do Pau a Pique, da produção do Pau a Pique, a energia solar, tanto para aquecimento de água, quanto de energia, são questões que até por não estarem sendo utilizadas de forma, elas ainda têm um custo mais alto, então se tem questões que são de especificidade mesmo de projeto, é uma grande oficina, pensando no tamanho dela, no tipo de equipamento, na quantidade de alunos que ela vai abrigar, ela é como se fosse uma indústria pequenininha de móveis, então ela tem já um custo diferente, ainda essas questões de sustentabilidade. Até a tinta que você vai utilizar, que não vai ter composto volátil, que é de origem orgânica, ainda no mercado ela tem um valor maior, precisamos divulgar, precisa que todo mundo utilize para que mais empresas fabriquem para gente poder ter um custo, esse custo mais barato, esse custo diminuir e começarmos a não ter essa diferença como em alguns países da Europa, Estados Unidos que esse custo ele já está se igualando ao dos produtos tradicionais.

Cons. Maria Lucia: Maria Lucia, SEMPLA, estávamos aqui fazendo o cálculo, na verdade são 2.026 m com o valor total daria 1.793 o m², e aí verificando na descrição do cronograma físico-financeiro, o item mais pesado, primeiro item mais pesado é a instalação elétrica hidráulica, e o segundo deles é a estrutura. Instalação elétrica hidráulica R\$ 880.000,00, e estrutura R\$ 655.000,00. A minha sugestão é assim, quer dizer, não sei nem se cabe, mas você disse que o projeto de iluminação acaba sendo o mais caro por conta do tipo de iluminação usada, não teria jeito de clarear um pouco mais em cima da cobertura do prédio, prever aberturas maiores, não sei, com outros materiais, poderia não ser tão afeitos a toda estrutura de madeira, mas que desse uma luminosidade maior, de cima para baixo, estaríamos aí talvez nesse projeto de instalação economizando um pouco.



Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Na verdade, a escola ela foi projetada para funcionar das sete da manhã às dez da noite, das sete da manhã até às seis da tarde, sete em horário de verão, ela não vai precisar de energia, de iluminação, mas tem que ser previsto toda a instalação para que ela possa ser utilizada no período que não temos a energia, o sol iluminando.

Cons. Maria Lucia: Durante o dia então não vai precisar de energia elétrica?

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Não, nem as salas de aula, se elas não precisarem ser escuras, por exemplo, em uma apresentação de um slide, ela não vai precisar utilizar, é que ele não conseguiu colocar o desenho da fachada que estava, mas temos uma grande abertura, a cobertura, do estudo preliminar para o projeto executivo, ela avança um pouco mais, se você pegar a implantação, aí você vai ver que ela avança alguns metros o que também contribui para o aumento da área coberta exatamente para não ter o perigo da chuva e conseguir ter uma grande área aberta, em alguns lugares temos o caxilho, que na verdade é só vidro, ele não tem a parte estrutural de metal, na verdade tudo isso é para conseguirmos maior iluminação, e os pontos internos que ficaram com alguma área que tinha alguma luminosidade, mas não a luminosidade ideal para trabalharmos com pequenas peças de precisão, por exemplo, ele vai ter que pegar uma régua e ele vai fazer uma marquilha de três em três centímetros na madeira, você precisa de um grau de precisão que precisa ter uma iluminação maior. Nesses casos eles foram abertos esses domos que tem essa iluminação direta, exatamente para não precisar do uso da energia, mas o prédio ele tem que ser projetado para que um dia que tenha uma eclipse, a gente precisa estar com o prédio funcionando e tem que ter toda a infra-estrutura lá implantada.

Cons. Miriam Barcellos: Miriam Barcellos, eu gostaria de sublinhar o valor educativo e de desenvolvimento social que o secretário mencionou, realmente como educadora sempre as minhas opiniões são sobre a educação e vejo isso realmente como um grande projeto além todos os outros que foram mencionados como grandes projetos de desenvolvimento social principalmente nessa área que a juventude, inclusive em uma enquete que fez o jornal eles responderam que sentiam necessidade de mais empreendimentos visando à faixa da juventude. E projetos que eu deixei na FEBEM, que foram projetos de produção justamente, essa área relacionada com a marcenaria e outros projetos de produção, eram escolas produtivas o nome desses projetos. Esse acordo com SENAI é muito importante e no caso eram escolas de agricultura também, é muito importante inclusive se houvesse a possibilidade de dar a essas crianças que passam por essas escolas um certificado porque senão eles vão continuar trabalhando como um operário comum apesar de ter uma classificação, uma aptidão maior, então talvez o SENAI pudesse dar esse certificado. É o que eu teria a comentar.

Coordenadora Helena Magozo: Com certeza isso está sendo pensado, eu acho que a Miriam tocou em um ponto importante, quer dizer, de ser um espaço para inserção social, quer dizer, dar a comunidade de Perus uma perspectiva para juventude e uma perspectiva de futuro.

Cons. Maria Lucia: Não, eu concordo inteiramente, acho que o que eu ia falar é capacitar e tentar profissionalizar, quer dizer, ele ter um certificado que garanta para ele talvez um emprego menos vulnerável, então acho a área de grande vulnerabilidade social, pensar nisso você une duas coisas maravilhosas, quer dizer, o projeto fica completo.



Coordenadora Helena Magozo: Então vamos fazer deliberação, gente, professor Candido, desculpe, Eduardo.

Presidente Eduardo Jorge: Isso que o Sérgio tinha ressaltado, a Miriam também, a idéia é fazer convênio com o SENAI e o SENAI administrar, não vai ser a secretaria que vai ficar administrando uma escola, com o nível de especialização como esse, então aí é fazer o convênio e o SENAI assumir.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à destinação do recurso de R\$ 3.633.025,97, como referência para o lançamento da licitação para Escola de Marcenaria do Parque Anhanguera, permaneçam como estão. Então por unanimidade o projeto foi aprovado. Pois não, Elaine.

Elaine (Diretora de Projetos do DEPAVE): Só como informação, na verdade estávamos esperando essa aprovação aqui para inserir na ata direitinho no processo, o processo está aqui, a SIURB que vai fazer a licitação, já tem uma cópia de todo o projeto para licitação, ela já está elaborando o edital, a perspectiva é que ela entre em licitação agora em agosto, se a gente não tiver grandes tumultos na licitação, são aproximadamente três meses, então a perspectiva é de estar começando em novembro e o cronograma de obras ele está em doze meses. Como a secretaria, nem a Secretaria do Verde, nem a SIURB têm técnicos que estão acostumados a fiscalizar, acompanhar obra que é de Pau a Pique, a UMAPAZ está organizando um curso para gente com o professor Francisco onde vamos implantar uma guaritinha em um parque que está sendo construído na Zona Norte, que é o Senhor do Vale, vamos fazer uma guarita de pau a pique, os nossos técnicos e os técnicos de SIURB para nos capacitarmos e podermos acompanhar esse projeto que não é nosso, não conhecemos, não é a nossa especialidade, nós precisamos dessa capacitação.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Elaine. Agora primeiro eu queria chamar o Renato da subprefeitura de Perus para introduzir a apresentação do produto do Plano de Bairro Perus, o professor Candido está aqui há algum tempo. Obrigada. Então Renato é da subprefeitura de Perus e vai estar contextualizando o projeto.

Renato Andrade (Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Subprefeitura de Perus): Bom dia a todos, Renato Andrade, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Sub de Perus, eu vou falar bem rapidinho, para o professor explicar o Plano e mostrar para vocês o resultado de todo o trabalho que a gente teve. Quando chegamos na subprefeitura tínhamos a perspectiva da verba dos créditos de carbono, e um bairro carente de qualquer tipo de intervenção. Então dentro da coordenação não temos infelizmente uma grande capacidade de profissionais para estar empenhado em um tipo de planejamento como foi o que fizemos no Plano de Bairro, e aí surgiu a possibilidade, fazendo análises de no plano diretor estratégico, enfim da contratação do Plano de Bairro. Isso foi reafirmado quando descobrimos, por exemplo, que no centro de Perus a Secretaria do Verde, a Secretaria de Transportes e a subprefeitura tinham diferentes propostas para mesma área. Então todo mundo, a prefeitura gastando mão-de-obra, e trabalhando, se empenhando, em uma mesma área com projetos totalmente distintos. E a verba era muito grande, assustou, porque temos uma verba que falando de orçamento equivale a 20 anos para Perus. Então o Plano de Bairro ele veio ajudar nesse sentido. Fazer um planejamento para 25 anos e estruturar aquele bairro de forma que ele a partir de agora passe a ter rumo, não mais tampando buraco, mas cuidando dele antes do déficit que é o que fazemos hoje. Então eu queria



pedir para o professor que contratamos para desenvolver o projeto, trabalhamos junto com ele, é válido lembrar também que é um valor de R\$ 7,00 por morador de Perus, para um planejamento de 25 anos. Então se a gente conseguir aprovar esse projeto na Câmara Municipal, durante 25 anos vamos ter planejamento, embasado para desenvolver qualquer projeto lá, tanto na parte ambiental que é o que focamos muito na questão do Plano de Bairro por conta de tudo que nos influencia lá, mas também com a questão de carências educacionais, saúde, enfim, tudo que diz respeito a planejamento urbano, etc.....

Coordenadora Helena Magozo: Só queria complementar que em um momento passado já foi apresentado o projeto aqui, hoje eu solicitei que eles viessem apresentar o produto nessa fase primeira aí de Plano de Bairro de Perus. Então professor, por favor. Professor Candido Malta.

Professor Candido Malta: Professor Candido Malta, eu agradeço o convite para eu vir aqui apresentar o resultado de um trabalho para ao qual fui contratado, quero ressaltar, como tinha dito na apresentação inicial, é um trabalho pioneiro em São Paulo, ele está previsto no Plano Regional que é parte do Plano Diretor da cidade e nós avançamos mais do que aquilo que está previsto no Plano Regional, mas essencialmente é algo que detalha o Plano Diretor da cidade ao nível do bairro. Como a cidade é imensa, onze milhões de habitantes, ela exige esses três níveis de planejamento, que é o nível mais geral do conjunto do município, por sua vez inserido na problemática da metrópole, o nível regional que são das 31 prefeituras e esse nível de bairro. Essa palavra bairro ela é uma acepção bastante ampla e a tradução disso na prática do Plano de Bairro é algo que está sendo feito na medida que vá se enfrentando concretamente cada parte da cidade. A escolha do distrito como definição do âmbito territorial do Plano de Bairro nos pareceu adequada, a prática como eu vou mostrar, acho que mostrou que é uma boa escala de definição porque um distrito como o de Perus tem hoje cerca de 111.000 habitantes e tem uma previsão possibilidade de crescimento para o dobro dessa população, o que configura já uma problemática não apenas de um bairro de moradia e sim um conjunto mais amplo envolvendo questões de sistema viário, do próprio Parque Linear que na escala de Perus ele é regional, inclusive ele entrelaça o distrito de Perus com o distrito de Anhanguera, são os dois distritos que compõe a subprefeitura e permite assim então uma análise que vai até esse nível como foi apresentado a pouco de definição de possíveis projetos a serem elaborados de arquitetura bem localizados como esse da Escola de Marcenaria dentro do Parque Anhanguera. O conceito chave, já foi exposto aqui, só relembro, é um conceito de unidade de vizinhança que é um conceito tradicional de urbanismo traduzido na idéia de um bairro que pré-existe e que deve ser adaptado para que consiga apresentar uma qualidade de vida para população adequada. E a condição do que é essa qualidade de vida adequada é feita em torno desse conceito que chamamos de unidade ambiental de moradia porque o nome expressa bem aquilo que se pretende. Quando um cidadão mora em uma certa parte da cidade, ela tem um cotidiano de vida que é o de viver junto a seus parentes, a seus amigos, aqueles que estão ao seu entorno no bairro, frequentando no seu dia a dia os equipamentos de comércio e de serviços, inclusive os públicos que vão lhe sustentar a vida. É diferente do mundo do emprego, pode ser que por ventura ele também trabalhe no próprio bairro, mas é mais frequente que esse cidadão não encontre no seu bairro o seu emprego e tenha que se deslocar pela cidade para obter sustentação, mas tenha a sua vida local, assim chamamos nessa unidade ambiental de moradia. Então para que ela funcione bem, sempre se defendeu, e também eu defendo, que convém que esse morador tenha no seu entorno uma certa distância os equipamentos de comércio e serviços que lhes permita com segurança ir a pé



para justamente não depender de uma locomoção difícil e ter com isso condição de ter uma vida mais confortável. Esse caminhar em torno dessa área então é que conforma a unidade ambiental. Ela é parte de um conceito que popularmente procuro traduzir no que eu chamo de ilha da tranquilidade, isso porque eu tenho verificado, e lá também se confirmou, que grande maioria dos cidadãos quer morar em um lugar tranquilo, tranquilo quero dizer quanto ao ambiente, quanto à ausência de muitos ruídos, de poluições de todo o tipo, mas especialmente quanto ao volume de tráfego de veículos que passa na frente da sua porta, da sua casa, da sua habitação. Então essa idéia é uma idéia muito forte nos meios populares, talvez até porque a origem das cidades pequenas se mantenha na memória coletiva e ele tenha ainda aquela nostalgia das cidades tranquilas que os seus avós ou os mais velhos tinham e quer recuperar isso quando não tem ou quer manter quando já tem essa qualidade. Isso é posto em votação. Tudo o que nós estamos defendendo passa a ser votado para que se verifique se essa é realmente o desejo da população. Então esse conceito da unidade ambiental é traduzido em uma realidade urbana que se está analisando. E no caso de Perus a coisa ficou um pouco mais complicada do que no restante da cidade, pela topografia. Quando você tem um processo de urbanização você tem uma via de penetração pelos espigões, e a partir daí surgem os loteamentos, a partir dessa via de espigão e dos fundos de vales se introduzem os equipamentos sociais porque ali que o cidadão loteador doa as áreas públicas para que isso se faça. E acaba então se conformando a unidade no entorno de dois espigões, com um vale no meio. Aí em Perus não deu certo esse esquema porque, a via de circulação principal é no espigão, sempre procurou lugar seco, mas também os equipamentos foram ali instalados, se instalado em geral no topo desses morros. Isso nos levou a repensar no caso de Perus esse conceito e adotarmos soluções de travessia nas ruas de maior movimento em algumas situações mais críticas e passagem de nível. Isso não dá para vocês verem nesse esquema tem que ser mostrado em conjunto, em que você tem a Bandeirantes, o Rodoanel e um conjunto de linhas que demarcam um pouco essas ilhas, aí está dito ilha um, ilha dois, ilha três, cada uma dessas ilhas acabam compreendendo um conjunto de vilas. Então para o morador de Perus, ele mora em um bairro, bairro de Perus, mas por sua vez mora nas suas diversas vilas, então essas vilas é que vão, no conjunto delas é que forma essas unidades ambientais. E nós chegamos então a dez unidades ambientais. Um, dois, três, que vocês podem ver, até a dez, sendo que o bairro de Botuquara que fica já na encosta da Serra da Mantiqueira em uma área bem alta que foi objeto até de uma ocupação ilegal em parte pelo menos, ela está destacada do restante da malha urbana. Isso está referendado, definido pela lei do zoneamento, quer dizer, a lei do zoneamento que é a 13.885 que é uma das questões que compõe o plano regional ela define o seu entorno como não urbanizável no entorno do Botuquara. Bom, nesse caso do Botuquara, então, tivemos que criar uma regra própria para que a expansão daquela área não se fizesse. Isso nos levou a limitar inclusive os equipamentos sociais que devam ali ser implantados, apenas há uma creche e uma escola fundamental, para creche, para escola e escola fundamental para que não houvesse a possibilidade clara de que aquilo pudesse crescer e ampliar-se a ponto de prejudicar o meio ambiente. Então essa idéia de contenção ali foi muito própria, muito forte para que definisse uma orientação e assim fomos estudando cada uma das unidades ambientais. Há unidades ambientais completas, isto é, aquelas que estão praticamente preenchidas enquanto o loteamento, enquanto com poucos lotes vazios, e uma ocupação bem forte, bem compacta e há outras em que tem uma área de expansão urbana ainda bastante ampla, por isso que permite até a duplicação da população. A questão da paisagem urbana, essa questão da qualidade da paisagem, desse ambiente urbano, se revelou muito importante, já era importante no plano regional, quando o plano regional definia que essa paisagem deveria ser usada como uma base de atração de turistas e como parte da base econômica



a ser desenvolvida já que ali a oferta de empregos é muito pequena. A grande maioria vai para Lapa, ou até para Pirituba em busca de emprego. E essa oferta de empregos então passou a ser uma consideração importante já no plano regional e nós ajudamos a consolidar essa idéia procurando tomar o partido da preservação da paisagem. Quando aqui foi mostrado o primeiro desenho que eu fiz para destacar essa idéia, que é a capa do nosso Plano de Bairro, esse desenho tem a pergunta: "Olhando do topo de um morro de um bairro chamado **Caiuba?**", o micro ônibus está ali em uma ruinha estreita, tem uma quadra ali a direita que a prefeitura instalou no final dessa rua, o trem passa lá embaixo e você tem o Pico do Jaraguá. É linda, a paisagem é linda, e essa é uma das lindas paisagens que se desfruta, mas como preservar essa beleza se nós permitíssemos a sua destruição através de prédios altos. Então esta é uma questão central que foi sempre considerada de como preservar essa paisagem já que o desejo de preservar a paisagem se revelou muito forte por parte dos habitantes. E foi de novo uma questão votada, a altura máxima dos edifícios, não superar cinco pavimentos e esses cinco pavimentos eles são muitas vezes construídos não para cima, já que os terrenos são para baixo, então você tem dois andares para cima e três para baixo dada a fortíssima declividade do solo, às vezes com 30%, 50% de declividade. Então essa idéia de geração de emprego através do desenvolvimento do turismo que pode ser um turismo metropolitano, até de outras cidades vizinhas como Caieiras, Cajamar, Jundiaí, Vinhedo, possam querer conhecer essa paisagem própria que está sendo preservada, cultivada que é muito querida dos próprios habitantes. Isso vai se traduzindo em várias medidas que tenha essa ênfase, no desfrute da paisagem. Terraços, como desenvolver terraços urbanos? Não me refiro apenas aos terraços que são as lajes que as casas populares apresentam no seu topo, quando o lote é preenchido e não lhe sobra outra alternativa senão por o varal na laje e a laje acaba funcionando como sendo uma alternativa de lazer, muitas festas são dadas nas lajes. Há toda uma cultura popular que vai se desenvolvendo nas lajes desses bairros periféricos e Perus não foge a essa realidade. Mas me refiro também a pequenas praças que os próprios loteadores já deixaram. Houve um conceito urbanístico lá que é muito raro encontrar em São Paulo, na periferia, que é você ter pequenas praças, que você para tem pequenos bancos e você senta e desfruta de uma belíssima paisagem. Nós quisemos então não apenas defender essas praças do impedimento que poderia se trazer das vistas através dos prédios altos, mas também de desenvolver outras praças ou desenvolver projetos mais bem elaborados de algumas que estavam ainda pouco bem resolvidas, vamos dizer assim, como praça pública, como no centro de Perus. Então esse conceito todo ambiental também teve uma relação muito forte com uma questão trazida pelo Rodoanel, pela Bandeirantes, pelos pedágios. Eles estão muito preocupados que através da introdução dos pedágios crie-se um tráfego por dentro de Perus. E é verdade, isso é uma preocupação legítima e há uma busca de querer evitar que isso possa acontecer. E tem a ver isso com o fato de que Perus acabou se desenvolvendo em torno de duas grandes vias. Uma que é uma antiga estrada que eu fui verificar historicamente o que ela poderia ter representado no passado, eu acho que é uma estrada que antecipou-se a própria ligação chamada Estrada Velha de Jundiaí, que tem o nome de Estrada do Mogeiro. Investigar porque que tem esse nome, me parece uma coisa interessante porque mogeiro parece ser uma região reconhecida com esse nome e tudo por ali tem Mogi, tem Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, tem muito Mogis por ali. E essa Estrada do Mogeiro então deve ser algo que é uma ligação muito importante, regional da época, e que foi interrompida pela Rodovia dos Bandeirantes e foi perdida, ela ficou um trecho interno lateral, paralelo a Bandeirantes, não sei dá para Viviane mostrar essa via Mogeiro como é que ela está, ela está percorrendo a via do Mogeiro, aí vai descendo em direção de Pirituba, vai, continua descendo, passa aí ao lado do aterro sanitário e vai para São Paulo. O traçado dela já revela que ela já foi feita antes de tudo porque ela está muito bem



traçada, ela é o lugar mais fácil de penetrar pela cidade, mas ela perdeu esse papel, vamos dizer articulador de todo o tecido urbano, e com a introdução da Bandeirantes, primeiro da Anhanguera, e depois da estrada chamada Estrada para Jundiá, que é a Raimundo Pereira de Magalhães, a ligação da Raimundo Pereira de Magalhães com a Anhanguera, que é a Avenida Peccicacco e Silvio de Campos, é exatamente ali a Silvio de Campos, que na continuidade vai sair na Anhanguera, então essa via passou a ser a via estruturadora principal de Perus e o comércio se desenvolveu em torno dela. Bom, ela está estrangulada, ela é estreita, ela é uma pequena rua na escala de São Paulo, ela é uma rua, a largura maior que ela tem é 20 m, mas em muitos trechos ela tem 12 m, 10 m, estrangulada. E aí vem a discussão que eu acho muito importante aí para o nosso Plano de Bairro, vamos alargar essa via ou não? E o plano regional previa o seu alargamento, e aí discutindo com os próprios comerciantes, moradores, uma associação chamada **ASISP**, que fizemos algumas reuniões paralelas a essas reuniões além das assembleias que depois foram às assembleias oficiais, que levaram a definição final do plano, o plano sempre foi discutido nas assembleias, nessa **ASISP**, nessa associação, verificou-se uma preocupação dos comerciantes de que uma desapropriação lateral para poder ampliar tanto a Silvio de Campos quanto a Peccicacco iria destruir uma boa parte de todo um comércio estabelecido que é relativamente fraco, vocês podem entender que lá é uma punjância periférica, vamos chama assim, não deixa de ter sua força econômica, mas é muito menor que uma região de Berrini, ou uma região de Faria Lima, para dar os exemplos em que a reurbanização é feita com uma forte intervenção dos incorporadores. Lá, os incorporadores nem estão por lá, eles não estão fazendo prédios, não tem nenhum prédio em Perus, então o que existe são comerciantes muito bem estabelecidos e preocupados que para alargar a via iria destruir um lado da via em termos de comércio e serviço. E eu também sou muito preocupado com isso, eu sou um urbanista, que procura respeitar ao máximo a história de uma cidade, aquilo que se herda dos nossos antepassados, a partir do qual acho que devemos tirar o máximo proveito. E casou-se essa idéia que defendo, com essa idéia que os próprios comerciantes lá defendiam e decidimos definir uma linha de não alargar a via, a Peccicacco e a Silvio de Campos, a menos de algum pequeno trecho que não tivesse outro jeito que não fosse esse. E prevê uma solução de binário, que é uma solução melhor nesse ponto de vista, da preservação ambiental desse tecido urbano tradicional que é o que então fizemos especialmente para o centro principal de Perus que é a Silvio de Campos que vai desde a estação até a Mogeiro. Ali está a Silvio de Campos, um pouco acima vocês devem estar vendo, o verde claro é a Ferrovia Perus-Pirapora, que está também sendo objeto de preservação, já é assim no plano regional, está sendo só reforçado no Plano de Bairro e por onde justamente corre o Ribeirão Perus, Ribeirão Perus vai ao longo da ferrovia, enfim só estou localizando um pouco vocês nesse mapa que vocês estão olhando, você tem ali então o Parque Linear que vai desde a Estação de Perus, aí a Estação de Perus, vai na sequência ao longo da ferrovia e vira a esquerda na direção do Parque Anhanguera seguindo o Ribeirão Perus. Então este Parque Linear, ele está sendo reforço através do Plano de Bairro, mas ele é paralelo a essa avenida que eu estou chamando atenção aqui um pouco abaixo a Silvio de Campos, e aonde então foi feito um Trinário. É a Avenida Silvio de Campos no meio, essa aí, e as vias paralelas, essa aí, com os veículos com uma mão de direção e a outra do lado de baixo com os veículos na outra mão de direção e essas vias que são vias perpendiculares, um pouco em ângulo com a Silvio de Campos, são vias que então são transformadas em estacionamentos para os comerciantes. E nessa via central nós tiramos os automóveis e colocamos apenas o transporte coletivo e táxi, carro de polícia, bombeiro, ambulância, etc.... quer dizer, esse transporte mais coletivo. E com isso permite alargar as calçadas que são estreitas. Porque o tráfego é intenso de veículos, está congestionado e essa solução então da Silvio de Campos quer ser melhor



ambientalmente nos levou a criar esse calçadão. Mas é um calçadão em que passam esses veículos coletivos no seu centro, e a calçada pode ser alargada para o dobro do seu tamanho invés dela ficar com dois metros, três metros ela passa para quatro, cinco metros de largura, o que permite então todo um mobiliário urbano que eu vou mostrar depois mais adiante. Eu estou chamando a atenção para esse ponto porque mostra, quer dizer, esse pensamento de valorização de ambiente urbano tradicional herdado com sua paisagem característica atendendo ao interesse do turismo, mas atendendo aos interesses dos comerciantes e atendendo a uma idéia de que esse conjunto urbano tenha um valor excepcional do ponto de vista paisagístico que deve ser então dele tirado partido. Mas e os caminhões? E um tráfego mais pesado que possa estar penetrando por dentro de Perus, como vamos resolvê-lo? Aí surge a idéia do Anel Viário, o Anel Viário como solução para todo esse conjunto, aqui nesse caso o Anel Viário está mostrado em uma pequena parte dele, em que ele é feito ao longo da Bandeirantes, depois ele se desloca no sentido, de penetrar em uma área vazia hoje, mas que era a fábrica do Abdala, essa fábrica do Abdala tem um histórico muito grande em Perus, ela era uma grande poluidora, talvez foi a primeira luta contra a poluição do Brasil, acho que foi a primeira grande luta que os operários faziam mas no sentido de preservação da sua saúde, saúde como trabalhadores, porque eles respiravam aquele pó, os seus pulmões se enchiam daquele pó, e aquilo podemos imaginar que prejuízo enorme para a saúde deles. Eles fizeram uma greve muito forte, acho que levou muitos anos a greve, não foi uma greve de alguns meses, foi uma greve que levou até a empresa a fechar e da greve surgiu à idéia de preservar isso como monumento histórico, e isso foi feito, está tombada a fábrica, o que restou dela, mas tem ainda coisas lá muito importantes no ponto de vista visual, nas chaminés, os cilindros produtores de cimento, quer dizer, tem uma iconografia de fabril muito impressionante, mesmo estando em ruínas tudo aquilo e a idéia então de preservar todo esse conjunto é importante para a população de Perus, e há uma discussão em torno de o que fazer com o que sobrou da fábrica. Shopping Center? Centro Cultural? Ou misto? Fizemos a votação e ganhou o misto, quer dizer, parte dele Centro Cultural e parte dele uma área de compras, isso houve uma certa divisão nessa votação, mas houve uma maioria a favor dessa solução mista. E esse Anel então ele vai procurar não cortar, esse conceito de Anel que é, por dentro da malha urbana e sim envolvê-la. Então essa linha em amarelo seria o Anel e o em verde é o Parque Linear. Então vocês reparem que o Parque Linear, ele tem uma função estruturadora agora de um outro tipo dentro da malha urbana. Do ponto de vista viário, continuaram a existindo um sistema precário interno, eu quero só lembrar a vocês da reunião com a CET e com outros técnicos da Secretaria de Transportes, a idéia: "não, temos que abrir avenidas, pelo meio desse tecido horrível", essas idéias existem, e porque é o que tradicionalmente se fez, inclusive de usar os fundos de vales, com esse objetivo. É a tradição da prefeitura que agora estamos tentando reverter e o Parque Linear ao longo do Ribeirão Perus no passado seria transformado em uma avenida, a prefeitura teria certamente feito uma avenida, se houvesse, se ali deixasse de ser um bairro periférico e logo se tivessem interesses imobiliários, então uma avenida imobiliária, como eu chamo muitas das avenidas que fazemos. Então a idéia de fazer ali o Parque Linear, ele contribui muito para integrar as populações, ele contribui enormemente para integrar. Mas não através do veículo automóvel, ônibus ou do caminhão, e sim através da ciclovia, do passeio a pé, isso que dá um diferencial nessa escala urbanística que estamos vendo aí, não será muito fácil você percorrer o Parque Linear em seu todo, ele vai ter coisa de dois quilômetros, mais ou menos, entre o Anel viário, é um pouco mais até, se for do começo até o seu final, mas ele será um lugar muito bom de se passear, muito gostoso de se passear, claro se bem resolvido, como está se fazendo com um belo projeto em que se coloquem equipamentos ao longo dele atrativos para essa população ao seu entorno. O projeto que a EMURB tinha



começado a desenvolver, eu até gostaria de saber do secretário em que pé que está o desenvolvimento do projeto? Ele previa justamente ponto de articulação, e equipamentos de articulação, criando passarelas de um lado a outro, porque o Parque Linear ele acompanha a Ferrovia, e ao acompanhar a ferrovia, a ferrovia é a barreira de transposição, e tem já várias passarelas, e terão ser feitas outras para que essa articulação com os bairros vizinhos se faça de uma forma mais plena. E claro que isso será para o benefício de bairros muito adensados. Eles são bairros muito adensados, especialmente os bairros populares do Jardim da Conquista e o Recanto dos Humildes, esses que estão sendo apontados, que são bairros que tiveram origem irregular, então o traçado viário é muito precário, as ruas são muito estreitas, a declividade dessas ruas às vezes impede que o veículo ande por ela, só consegue uma pessoa a pé e com escadas, então essa precariedade urbanística sugere até então a importância desse Parque Linear como contra ponto, é a praia deles, é a praia dos que estão em Perus, e daí a sua importância, eu acho excelente essa idéia, fico muito satisfeito em ter visto que está andando o projeto, as desapropriações estão em curso, temos que chegar lá no centro, e no centro nós fizemos então todo o possível, para conciliar a continuidade do Parque Linear com as ligações viárias que são necessárias. Bom, aí tivemos uma disputa que eu acho que ainda está em curso, eu quero chamar bem a atenção para isso...

Presidente Eduardo Jorge: A EMURB foi contratada para fazer 4 projetos, Caulim, Cocaia, Perus e o ***, que são os quatro maiores, mas demorou demais, então encerramos o contrato com a EMURB e o pessoal nosso recuperou e a própria secretaria está tocando, mas está usando a base que eles produziram.

Professor Candido Malta: Bom, eu acho que a base da EMURB era uma boa base, pelo menos assim eu entendi o conceito do parque. Então, quando chega ali no centro, que é uma parte que não estava desenvolvida pela EMURB, eu quero então chamar a atenção dos técnicos da secretaria, o partido que estamos propondo que é um partido em que preserva a continuidade do Parque Linear e se contrapõe com uma proposta que está em curso, não sabemos ainda até que ponto, o Renato talvez tenha alguma notícia, mas que é de criar uma grande rodoviária, bem no centro ao lado da estação. Essa grande rodoviária ela implica na ampliação da avenida, para poder dar acesso à rodoviária. Com oitenta baias, uma coisa enorme, que não me pareceu totalmente fora de escala com a idéia de ter ali um centro agradável, de convivência, uma praça na extensão de uma pequena estação de ônibus articulada com a estação de trem e articulada com o CEU. Esse é o CEU, é que tem piscinas no CEU, é um grande centro de convivência cultural. Há uma crítica em andamento, eu quero dar aqui só a minha opinião, a prefeitura, acho que isso está em andamento dentro da prefeitura, o CEU ele está pensado como um equipamento de educação, tal como foi pensado o equipamento pelo Darcy Ribeiro e depois pelo Collor, uma versão um pouco diferenciada, agora me esqueço os nomes que eles ganharam na época, mas enfim, CIACS, esse equipamento como sendo de educação no qual se introduzia também cultura, lazer e esporte, essa idéia está sendo agora cortejada por uma outra que é o Clube Escola. O Clube Escola ele é um equipamento regional que atende a várias escolas e esse equipamento no meu entendimento resolve melhor as questões de como atender melhor os alunos, do que é o CEU como sendo de educação porque o CEU sendo de educação ele não é reprodutível para cada equipamento de educação fundamental, não tem como fazer isso, a escala dele é regional, ele implica pelos equipamentos de esporte clube e lazer, ele sobra para uma escola só e quando você cria um equipamento como é o Clube Escola, já pensado como regional, ele atende a um conjunto de escolas de uma forma mais plena, usando equipamento de uma forma mais adequada e permite também a questão da gestão se



tornar mais fácil, porque a gestão do equipamento CEU ele é difícil, porque implica várias secretarias tomarem conta do mesmo equipamento ou então uma secretaria, como atualmente acontece, de educação tomar conta de assuntos de lazer e esporte o que acaba não se dando de uma forma tão bem feita quanto uma secretaria própria poderia fazer. Enfim, mas eu faço isso só para dizer que nós adotamos como proposta no caso de Perus não reproduzir CEUs, e sim criar um conjunto de Clubes Escolas para todos os equipamentos de educação que ali estão, que já existem ou que já estão previstos. Mas ainda voltando a esse centro, eu queria dizer que nós conseguimos com esse partido eliminar a obstrução que essa grande rodoviária produziria, a rodoviária está proposta de uma forma tal que vai até a margem do Ribeirão Perus e todo esse verde aí que está sendo mostrado desapareceria. E fizemos uma proposta de transferência dos ônibus que não caberão nessa rodoviária menor, nesse terminal menor, que só propõe cerca de doze a quinze terminais de ônibus, os restantes se necessário, isso é uma questão a ser discutida, se são mesmo necessários, serão transferidos para o Anel Viário junto ao Rodoanel. Então aí eu quero voltar a uma outra idéia que se articula com a do Anel viário, que é a idéia do Centro de Logística. Esse Centro de Logística é algo que está sendo pensado pelo governo estadual, como solução para o transporte de carga pesado na sua distribuição dentro da metrópole. Esse Centro de Logística seria localizado basicamente no Rodoanel, na entrada das grandes rodovias e ferrovias na região metropolitana. Tendo contato com esse trabalho da Secretaria Estadual de Transportes me surgiu a idéia e pareceu lógica que ali na confluência da Bandeirantes com o Rodoanel que também é confluência com a ferrovia se situasse no que está previsto no plano regional como um centro industrial, como uma zona industrial, uma ZPI, zona predominante industrial que ali se localizasse, no lugar de uma zona predominante industrial um centro de logística. Esta idéia foi apresentada a alguns assessores do governo estadual e acharam excelente a idéia, acharam que é o lugar realmente privilegiado para ali se situar esse Centro de Logística e estudou-se preliminarmente a topografia que ali é muito acidentada, tornaria impossível esse Centro de Logística ser localizado. E achou-se que é possível, alguns estudos preliminares permitem que até remova algumas áreas que tenham servido de lixão no passado, teriam que talvez ter uma troca de solo para que isso fosse possível, mas diante dos valores econômicos envolvidos e dos recursos que os empresários privados, eles próprios, poderão aplicar no desenvolvimento desse centro, que isso seria uma atividade economicamente viável. Então foi pensado desenvolver ali o Centro de Logística e isso também deu um sentido muito bom ao Anel Viário, o Anel Viário passou a ser o elemento que vai interligar com as rodovias esse Centro de Logística, especialmente a Anhanguera que já tem vários centros de distribuição importantes ali, que deverão ser atraídos se possível para essa solução que ao mesmo tempo rodoviária e ferroviária, esse Centro de logística ele teria uma maior qualidade do que aqueles que se situam já ao longo da Anhanguera, porque ele teria modalidade ferroviária associada a rodoviária o que tornaria mais econômico esse centro de distribuição. Bem, essas idéias gerais, elas estão no fundo, são questões que a gente chama de conjunto, para as questões mais específicas da previsão dos equipamentos sociais com que eu vou terminar a minha exposição. Nós calculamos as demandas, dos equipamentos de educação e saúde, esporte, cultura e lazer em função dos padrões que a prefeitura aplica, quer dizer, a prefeitura utiliza. São padrões que dizem: para tantos habitantes tantos metros quadrados de construção, tantos metros quadrados de terreno, para que esses equipamentos devam ser previstos. Isso é relativamente fácil de ser feito embora trabalhoso, porque implica em levantar qual é a população que mora, qual é a população futura que vai caber, qual então os equipamentos das carências atuais e os equipamentos das carências futuras das demandas adicionais, isso tudo é feito uma por uma, fazemos de tal forma que permita utilizar equipamentos de uma para outra, quando sobra em uma



e falta em outra e com os estudos de encaminhamentos isso é feito com tabelas que explicam muito bem esses cálculos, os mapas que correspondem a essas localizações desses equipamentos, dentro daquele critério, de unidade ambiental de moradia, e levou a propor a criação de um novo tipo de zona, que me parece fazer muita falta, eu tenho uma longa experiência como sabem, fui Secretário de Planejamento, fui responsável pela legislação de zoneamento, até que essa nova foi introduzida, agora recentemente, em 2004 que é a zona de reserva de equipamentos, reserva de áreas de terrenos para equipamentos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer. Essa zona de reserva de área, ela tem um papel equivalente ao que tem a lei de melhoramentos públicos, que é usada para sistema viário. Você faz uma lei que diz: aqui vai ter uma ampliação viária, uma avenida, uma rua nova, o proprietário fica gravado com aquele ônus de não poder construir nada a mais do que já tem, e se construir a mais ele não será ressarcido quando for desapropriado. Quer dizer, é uma coisa tradicional na prefeitura, essa lei de melhoramentos e está sendo proposta uma lei equivalente a esses equipamentos sociais. Com isso há reserva de área, inclusive para o cidadão que sabe que se tem ali gravado uma zona de reserva área, aquilo ali é uma escola, vai ser uma escola, vai ser um clube escola, vai ser um hospital, ele vai ajudar a preservar, ele vai tomar conta daquilo, porque ele sabe que aquilo é imprescindível, para ter um equipamento que será necessário para ele, e hoje isso não existindo, essas áreas vão sendo invadidas, vão sendo ocupadas de variadas formas, especialmente por habitação popular, e acaba como no Jardim da Conquista ou o Recanto dos Humildes, não tendo espaço para colocar esses equipamentos. Como eles tem uma posição que nós estamos respeitando de não quererem ser desapropriados, foi com um custo muito grande para eles obterem a moradia onde eles têm, onde eles estão, nós tomamos o partido de adotar outros locais para localização desses equipamentos, locais vazios, isso foi feito e essas zonas de reservas estão previstas e tudo isso foi traduzido no orçamento de quanto deve ser investido para que todas essas obras possam ser feitas, inclusive o Anel Viário podendo ser construído com recursos advindos da valorização imobiliária produzida por algumas alterações de zoneamento no entorno dele, então sem ônus para os cofres atuais da prefeitura, então esse conjunto de diretrizes, cálculo dos equipamentos e localização e seu orçamento foi traduzido em um projeto de lei, em um relatório que explica todo esse trabalho e em um projeto de lei com 70 artigos que então uma vez aprovado na Câmara Municipal vai garantir esses direitos para os cidadãos. Então esse é o sentido geral do Plano de Bairro e agradeço a paciência de terem me ouvido, estou aqui a disposição para qualquer outro esclarecimento que se faça necessário.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, eu queria justificar o secretário foi chamado para uma reunião para discutir o Parque da Várzea do Tietê e pede desculpas, por isso que ele não está até o final da nossa conversa, apresentação. Está aberto para o posicionamento dos conselheiros e de quem estiver na platéia, por favor.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, é com muita alegria que a gente recebe aqui o professor Candido Malta, eu vinha falando no carro com o meu amigo William que normalmente a gente tem uns professores pouco atuantes na cidade de São Paulo em termos da prática, então o professor Candido aqui demonstra para gente essa colocação da vida dele tão dedicada a Universidade e tantos livros que a gente estudou dele na **FAO**, de colocar na prática isso em um bairro da cidade de São Paulo, é com muita alegria que eu vejo, eu fiz aqui uma série de anotações, professor, espero eu poder estar cooperando com o seu plano. Bom, nos embates nossos, eu participei na época como representante do Instituto de Engenharia, vi o senhor lá, presentemente na Câmara Municipal de São Paulo, houve uma discussão das subprefeituras que acabou sendo



transformada nessa administração regional vitaminada que a gente vê por aí, não se levou à discussão a fundo, e o plano de transportes que também acabamos não discutindo, na época, na Câmara Municipal. Essa colocação do senhor da CET querer abrir avenidas lá é esperado da CET, a CET, ela para mim continua uma companhia muito antiga, as formas de enxergar o transporte como o senhor colocou muito bem hoje em dia, muitas vezes não cabe mais essa mexida na avenida, esse alargamento eu proporia que o senhor até também levasse em conta os bondes, não os bondes antigos da cidade de São Paulo, mas os bondes modernos, um lugar onde a gente está fazendo tanto investimento merece aí uma visão de primeiro mundo de transporte de pessoas que hoje estão transitando com ônibus a 16 km/h, é que tem um bonde, um bonde elétrico que tem uma qualidade aí essencial e que não haja necessidade de transporte dessa visão antiga, lacraia de colocar centenas de pessoas dentro de um ônibus apertado, então que essa distribuição possa ser com microônibus, mas com conceito também de veículos elétricos, veículos movidos a hidrogênio, uma nova visão, como o senhor está pensando em 25 anos, queria que o senhor levasse em conta essa questão também. Quanto à questão da rodoviária, achei ótimo, a rodoviária de São Paulo, aquela rodoviária antiga, hoje é um caos ali em volta, a zona do crack nasceu daquela rodoviária esquecida, a gente cometeu os mesmos erros na cidade não pode, então eu fiquei muito feliz do senhor ter tido essa visão de levar a rodoviária próxima ao Rodoanel, que é a proposta que estava no PPDT, é o PPDT que foi chamado vivo, que tanto o Instituto de Engenharia junto com a FIESP falando com o Governo do Estado de São Paulo, chegou uma hora que aquilo lá era um PPDT morto, que a gente queria discutir com eles, eles não queriam discutir com a gente, mas lá no PPDT consta no final, está escrito que é vivo, que estava nessa discussão, então eu fico muito feliz em ver que o estado retomou essa questão do Centro de Logística, chamavam lá de UPL, ou ULP, eu não me lembro a sigla, mas é muito importante esse Centro de Logística, os vários Centros de Logística pensados entorno do Rodoanel, então eu fico muito feliz também nesse plano, o senhor estar com essa preocupação que eu acredito que o Centro de Logística seja econômico, viável e ajude muito a cidade de São Paulo, que é uma cidade hoje saturada, e um conceito novo que eu acho que poderia vir bem para essa área, eu me lembrei quando eu vi o plano do senhor, eu imagino a dificuldade que é poder vencer essas grandes vias que estão lá, é linha férrea, que cria uma barreira de um lado para outro, é via Bandeirantes que cria barreira do lado, via Anhanguera, e eu pensei um pouco e lembrei de Veneza e Holanda, na Holanda tem frotas de barcos que param para os carros passarem, que são conceitos muito difíceis de colocarmos aqui no Brasil, mas com passarelas adequadas, com jeito, com um grande urbanista envolvido acho que ficaria mais fácil fazer um vencimento dessas grandes barreiras com conceitos novos, com conceitos que eu não chamaria novos, mas antigos em outros países que são já empregados, como na Holanda e Veneza, e que para gente poderiam ser visto com os olhos de um grande urbanista para vencer essas grandes barreiras que seria Anhanguera, Bandeirantes, inclusive essas vias internas. É só, muito obrigado.

Cons. Miriam Barcellos: Miriam Barcellos, como sempre a minha opinião é na área de educação que é o que eu conheço, eu não sou nem urbanista e nem arquiteta, essa forma de pensar o Clube Escola me parece extremamente feliz e oportuno, professor, o CEU como ele foi constituído ele está resultando na experiência prática como um instrumento de exclusão, como a capacidade que eles propõe é para poucas crianças, na realidade eles não poderão ser estendidos a todas as escolas que a cidade necessita, eles passaram a ser instrumento de exclusão, porque as mães desesperadas formam filas durante as madrugadas para conseguirem que a criança seja colocada no CEU, ela já está antevendo isso. A criança que não entrar, não conseguir a matrícula no CEU, ela está



obrigatoriamente sendo obrigada a usar a escola que já existe e que devem ser multiplicadas e que devem ser claro, inclusive aproveitadas, que é um grande equipamento e que não podem conter mais um equipamento como o dos CEUs. Portanto a idéia do Clube Escola como um centro na realidade eu diria, comunitário, para intermediário entre a escola e a comunidade local, ela serviria a muitas escolas, no caso a todas as escolas do bairro, ela deixa então de ser aquele equipamento estridente e passa a ser um equipamento aberto. Agora o que eu poderia sugerir aqui, que é uma idéia que já vem de muito tempo, inclusive consta na minha tese na ECA, é que a gestão não fosse só da prefeitura ou da educação, da secretaria da educação, que ela fosse uma gestão tripartite, isso aparece nessa minha tese em que a comunidade tivesse também o seu assento e fosse ouvida. E isso eu acredito que teria sido a melhor forma inclusive nos CEUs como eles estão, porque já se nota, inclusive eu vi em um artigo que apareceu nos jornais que o público para os espetáculos, cinema, teatro, e tal, que o CEU está oferecendo está decaindo em número, deixou de ser uma atração. Deixou de ser uma atração principalmente porque a meu ver ela não escuta a população nas suas necessidades no que ela anseia, no que ela quer aprender, no que ela deixou de aprender, do que ela gostaria de ver e que só um público privilegiado tem acesso. A prefeitura e os distribuidores de filmes agindo junto com a escola ela acaba determinando uma influência muito grande do que nós chamamos de cultura hegemônica e ignorando a cultura local, a cultura que é realmente a origem de todas as culturas, que é a cultura produzida pela própria população. Então eu acredito que uma gestão tripartite poderia de uma certa forma sanar essa deficiência que a gente já está vendo na prática das escolas dos CEUs. É realmente essa proposta eu acredito que seja realmente uma proposta com uma visão não só social, educativa e desenvolvimento social que vai realmente atender aos anseios de educação porque a população, a nossa população, a população de São Paulo está hoje tendo amplo acesso, inclusive a Universidade, amplo na medida que ela consegue acessar por outros meios, vamos dizer de cultura que ela possa conseguir de uma forma autônoma e que realmente a gente sabe que é um caminho muito difícil, então eles já têm, apesar, eles já tem a sua própria visão do que eles gostariam de ter como o mais, o que ele não teve na sua educação até ali e o que eles poderiam inclusive a ter para os próprios filhos. Eu acho que a sua proposta está muito bem pensada e eu acredito na gestão tripartite. Poderia acreditar esse projeto realmente extraordinário sobre todos os pontos de vista. Muito obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Professor, eu queria ter um entendimento melhor, quando o senhor fala em unidade ambiental, o que caracterizaria essas unidades ambientais, de que partido o senhor colocou, defendeu no projeto quando fala de unidade ambiental, o que vai ser definida como unidade ambiental? Já que nós estamos em um fundo de meio ambiente e para nós isso é muito caro e muito importante.

Professor Candido Malta: A idéia de ambiente que está aí privilegiada, é a idéia de ambiente urbano, é uma qualidade urbanística do ambiente, em que você vivendo ali dentro, você tem uma facilitação de convivência com os seus moradores vizinhos, porque a rua, ela é mantida de uma forma tal que permite o convívio social nela e nós vemos hoje em São Paulo e nas grandes cidades no mundo todo, não apenas em São Paulo, a expulsão do cidadão da rua, a rua passa a ser domínio do automóvel, e com todas as consequências disso, de violência e de poluição. Então o controle do tráfego de veículos passa a ser muito importante, mas não só isso, também a localização dos equipamentos de modo que você possa ir nessas ruas tranquilas, uma criança sozinha possa ir para uma escola sem que tenha que ser levada por um adulto ou por um irmão mais velho. Isso aqui para nós parece uma grande novidade, no primeiro mundo é a prática corrente, na



Alemanha é a prática corrente, nos Estados Unidos é prática corrente, aqui o que nós estamos copiando do primeiro mundo, esse uso abusivo do automóvel, sem medir as consequências sociais disso e a unidade ambiental de moradia recupera essa idéia de que vamos, para aqueles que querem, mas também não é tornar isso um dogma, isso é votado, eu até queria aproveitar, que você me desse oportunidade de mostrar as votações que nós fizemos, eu tenho os gráficos aí, eu queria que vocês olhassem como é que foram as votações de cada um desses assuntos. São votações assim, 80%, 90%, 95%, teve uma votação do hospital, foi 98% a favor, é claro, quem é que vai ficar contra o hospital.

Coordenadora Helena Magozo: Nós sentimos isso, não tinha porcentagem, na audiência pública deu para sentir bem que tava muito cotado o hospital na região. Eu acho importante, eu perguntei essa questão da unidade ambiental, vamos aguardar o gráfico, porque em algum momento, quando nós discutimos aqui que a deliberação do Plano de Bairro e mesmo em um posicionamento que nós tivemos, no Tribunal de Contas tem uma idéia de dissociação, entre urbanístico e ambiental. Então eu acho muito importante, até mesmo considerando a política municipal das mudanças climáticas e tal, que a gente considere mais amplamente essa questão ambiental, e como ela pode estar articulada a um projeto urbanístico da convivência e funcional e tal. Então eu acho muito importante até para justificar nessa questão mesmo, eu estive conversando com Assessoria Jurídica por aí tudo, quer dizer nesse sentido de enfatizar muito como de fato ocorre o partido ambiental para justificar sem nenhuma dúvida, um projeto apoiado aqui pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, então isso é uma preocupação e ao mesmo é uma evidência que eu vejo no que foi apresentado, porque as vezes você separa muito as coisas, no termo de ambiente construído, ou de uma cidade já implantada não tem como você se dissociar. Desafio é poder dar uma qualidade ambiental, um ambiente já construído, aquela história da gente trocar o pneu com o carro andando.

Professor Candido Malta: Deixa eu só reforçar essa sua preocupação, no outro trabalho feito que eu coordenei para o Governo do Estado, que tem a ver com a articulação da lei do zoneamento e sistema de transporte, nós desenvolvemos foi uma série de indicadores de poluição para vários cenários de estruturação da cidade. Então nas várias escalas, é preciso fazer essa articulação, então esses indicadores são muito úteis, inclusive o secretario me pediu até que eu pudesse fornecer uma cópia do trabalho, está disponível na Secretaria Estadual de Transportes, que o Pitu 2025, traduzido para a lei de zoneamento de São Paulo, entrosando uma coisa na outra, coisa que nunca tinha sido feito, e que agora se faz. Então são as várias escalas em que isso pode ser feito.

Cons. Miriam Barcellos: Eu queria comentar uma coisa, a meu ver quando fala ambiental aí nesse caso, não é só o verde que agora está na moda, é o ambiente social, é a sociabilidade de um grupo, achei que o professor foi muito feliz em denominar aqueles núcleos de vila e a vila ela traz essa idéia, por ser uma denominação muito antiga do começo da cidade, ela traz essa idéia do núcleo social, como é que o núcleo social se formou, antigamente a ocupação portuguesa, a clássica é um lugar um pouco mais alto na topografia e a implantação de uma igreja, então as cidades brasileiras na maioria se formaram entorno de uma igreja, que é uma, onde se congregava na realidade todos aqueles.

Coordenadora Helena Magozo: É como o cemitério, as antigas, junto da igreja, aquela coisa da proximidade do céu.



Cons. Miriam Barcellos: Tinha os cemitérios do clérigo, que ficava ali, mas das ordens de irmãos, e que congregava todas as aspirações espirituais e sociais de um grupo social. Eu acho que foi muito feliz também essa denominação de vila, professor.

Professor Candido Malta: Mas eu tirei elas da denominação popular, não foi eu que inventei, eu só me estou usando a denominação popular.

Cons. Miriam Barcellos: Porque ela, eu digo vila, porque ela vem do primeiro núcleo social, na apropriação de um território.

Professor Candido Malta: Parque Linear, aí, assim mesmo Parque Linear teve 6% não, brancos 8%, mas a favor 86%.

Coordenadora Helena Magozo: É porque ainda nas audiências nós detectamos assim ainda uma preocupação muito grande com a implantação do Parque Linear que isso é determinado do ponto de vista de desalojamento das pessoas, esse conflito, está colocado, nós tivemos dois fóruns agora na Zona Leste, na Zona Sul, que pelas pessoas que tinham que ser desalojadas elas contestaram fortemente o Parque Linear como se fosse uma preferência para o verde, uma pessoa falou: "Secretario, considero o verde, não o branco e o negro". E essas coisas tem que caminhar para uma harmonização, respeitando a população e a moradia, obviamente, mas que uma coisa não implica na outra, quer dizer, não é ou, é e.

Professor Candido Malta: Não sei atenuar esse conflito, nós voltamos ao princípio, daqueles que estão deslocados por desapropriação, para implantação do Parque Linear, possam permanecer se quiserem na região, quer dizer, no próprio distrito de Perus, eles acharam muito importante isso, porque eles não querem sair de Perus, eles gostam de Perus.

Renato Andrade (Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Sub de Perus): Viu, Helena, essa é uma consideração importante, a gente só conseguiu 86% com o Parque Linear porque foi dentro de alguns critérios que a gente estabeleceu de parceria lá com os moradores, enfim, aquela história do projeto chegar pronto lá, é o que desmotivava a implementação do parque. Com esses novos critérios, a gente conseguiu os 86% de aceitação.

Professor Candido Malta: Aí é um equipamento tipo o SESC no Parque Anhanguera. Também eles acham ótima, 94% está querendo. Aí regras urbanísticas no seu bairro. Essa é uma questão muito importante, eles não seguem regras urbanísticas nenhuma, não existe para eles a questão da regra urbanística. Vão construindo. "Ah, puxa aqui, puxa ali", vão construindo, e aí fica tudo ilegal, há uma ilegalidade predominante. Como resolver isso? A Lei da Anistia ela não é didática, acho que ela não promove uma melhoria. A Lei da Anistia simplesmente ela corrobora a desobediência, ela diz, continue desobedecendo, para todo o sempre, que sempre teremos a Lei da Anistia.

Coordenadora Helena Magozo: Sempre será perdoado.

Professor Candido Malta: Sempre será perdoado. Isso já faz uns 30 anos que é assim. Então eu acho que não se deve continuar mais a fazer isso. Fazer de que modo então? Discutir com eles quais são as regras que eles querem obedecer. Aí eles começam a se dar conta, quer dizer, se a gente coloca a questão por esse meio de que tem regras que podem fazer benefício deles. Uma regra que é meio óbvia, é aquela de não ter quarto



escuro. Quarto escuro é quarto sem janela. Será possível que essa regra eles não vão concordar? Mas hoje eles estão construindo quarto escuro, ambiente sem nenhuma janela para fora, então é possível a gente querer construir uma regra urbanística a partir deles bairro a bairro. E aí você também desvincula a questão das regras gerais, porque se a gente for fazer regras gerais válidas para toda a cidade, indiferentemente desse padrão cultural, nós vamos ter a impossibilidade, porque vamos ter uma regra que a grande maioria não vai seguir que é o que hoje ocorre. Nós temos regras para uma classe média, que também obedece pouco, cá entre nós, a desobediência a regras ainda é muito forte na classe média, mas que é uma classe social que tem condições culturais, econômicas para obedecê-la, mas acho que nós temos que distinguir essa situação popular. E aí votamos à idéia, aí, 94% achou que é válida, sempre com uma assessoria do poder público, o poder público é que deve conduzir essa discussão para fazer avançar quais são as idéias urbanísticas que pouco a pouco eles vão adotar e fiscalizar. É a tal parceria que a Miriam está sempre sugerindo, é preciso ter sempre uma ligação com eles, eles estarem de acordo com a idéia, para que eles passem a defendê-la, e não agora eles ver aquela regra urbanística, coisa lá da prefeitura que ninguém entende, que não adianta seguir porque nem sabemos porque serve. Aí o Centro de Logística também teve um apoio muito forte 94%, essas votações foram formais, nós temos tudo isso documentado. Nós apresentamos as fichas nas assembleias que são convocadas, temos fichas, primeiro uma assembleia na qual se abre o debate, uma segunda assembleia na qual se faz as propostas, se explica as propostas, e finalmente uma terceira assembleia na qual se vota, formalmente. Esse processo de votação, ele está se revelando muito importante no ponto de vista democrático, eu diria. Porque ele desmancha um pouco essa idéia de que eu sou da oposição então eu tenho que ser contra. Porque lá a população é majoritariamente favorável ao PT ou ao PSOL. E os líderes que estavam presentes expressavam isso. No início de todo o processo eles ficavam contra porque é uma iniciativa do DEM, então o pessoal e o PT tinha que ficar contra. Aí nós expúnhamos que não era do DEM, era da cidade, era previsto no plano diretor e que estávamos ali prevendo tudo o que a população quer e precisa. E aí fui desmanchando essa oposição sistemática. E na hora em que foi votado deu essa votação. Isso mostra uma superação de uma política maniqueísta, vamos chamar assim. Acho uma política, cá entre nós, burra, eu tenho essa opinião de longa data, eu acho que esse jeito de fazer política é um jeito que constrói pouco. Você que está na oposição tem que falar mal de quem está na situação. Enfim, aqui nós estamos, ao fazer o planejamento da cidade tentamos superar isso, o que no plano diretor está mais difícil de fazer, quer dizer, essa superação. Ferrovia, 90% favorável a que seja preservada, Perus-Pirapora. Aí é aquela idéia de transformar em Centro Cultural, Centro de Compras ou Misto, Cultural e Centro de Compras, quer dizer que deu uma maioria bastante boa a favor do Misto. Isso também lá entre os líderes, é uma questão bem controversa, há os que tem que ser só Centro Cultural, são aqueles que lutaram muito pela greve, que tiveram um envolvimento muito grande com a greve, querendo transformar aquilo no símbolo da vitória da greve. Enquanto que os outros têm uma posição mais matizada, não, tudo bem, símbolo da vitória da greve, mas também um equipamento que possa nos interessar como lazer e compras. Hospital, é, 98%, eu até não sei quem até pode ter sido contra. Aí como Polo Turístico, o centro de Perus como Polo Turístico, já deu um pouco menos, 86%. Aí a questão, eu nem mencionei a questão da rede de esgoto, eu não sei se estão querendo encerrar aqui a reunião, porque eu tenho muitas outras coisas que eu poderia falar, mas eu quero, eu estou me lembrando, que é colocar um prazo para SABESP fazer a rede de coleta e tratamento de esgoto, completar, porque ela tem parte feita, mas falta especialmente o tratamento que é jogado no Ribeirão Perus, é o grande esgoto da região. E aí tem tudo a ver com o Parque Linear.



Coordenadora Helena Magozo: Saneamento nesse programa no córrego limpo, que está tendo um compromisso, da SABESP com a Prefeitura. Quando é que está prevista essa inclusão?

Professor Candido Malta: Agora está sendo feito um plano de saneamento básico em que a prefeitura está negociando com a SABESP, esses prazos. Mas nós votamos lá, dar um prazo, quer dizer, a população gostou da idéia, vamos dar um prazo, não foi um prazo pequeno. Se não me engano foi dado seis anos, não estou me lembrando bem. Seis anos, para que se implante o tratamento. É apertar a sabesp, para que ela cumpra, porque é obrigação dela.

Coordenadora Helena Magozo: Professor acho que já deu para gente, primeiro explicar os pontos, colocado os pontos e como é que foi o processo aí de definição com a participação popular. Queria agradecer muito a sua presença, mais uma vez, aos colegas da subprefeitura de Perus e vamos esperar o prosseguimento aí dos estudos, nos interessa muito a questão do Parque Anhanguera, uma questão para estar discutindo com DEPAVE esse plano diretor para que seja de uma forma articulada a proposição também das intervenções, das melhorias, então essa é uma questão muito importante para secretaria também. Muito obrigada.

Professor Candido Malta: Obrigado a vocês.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, Sérgio e Miriam. Ficaram até o final.

Cons. Miriam Barcellos: A nossa última reunião com o conselho antigo, não é presidente?

Coordenadora Helena Magozo: Pode ser que tenha uma reunião extraordinária, dependendo, se tiver projetos avaliados, mas de toda forma é na primeira reunião de agosto será a posse do novo conselho.

Cons. Miriam Barcellos: Muito bem.